



ELO

**Carta
da ADFA
ao chefe
do Governo**
CENTRAIS

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Ano XI - N.º 134

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

Mensário — Julho - 1985 — 20\$00

Governo deixa SNR à deriva

(Pág. 3)



**Centro
de
Lisboa**

**um
mar
de
barreiras**

PÁG. 12

Trabalho Protegido: já há lei falta ouvir os deficientes

PÁG. 5



**Palácio da Independência
volta a ser notícia**

PÁG. 3

Editorial

Portugal entra na Europa Deficientes ficam à porta?

Em vésperas da integração formal do nosso País na CEE, os deficientes das Forças Armadas interrogam-se naturalmente sobre a situação de parentes pobres da família dos antigos combatentes e vítimas de guerra europeus em que estavam já integrados.

Durante o mês que está a findar, os deficientes das Forças Armadas Portuguesas tiveram que declarar abonos e prestações de invalidez para efeito de impostos. Como se um membro ou um sentido perdidos ou diminuídos no cumprimento de missões impostas pelo Estado fosse um bem ou uma fonte de rendimento como um prédio, uma conta a prazo ou uma actividade profissional.

Esta situação faz abrir a boca de espanto aos antigos combatentes europeus que nos visitam, pois é princípio aceite na comunidade dos países em que Portugal vai integrar-se que a reparação por um dano físico sofrido durante o serviço militar tem carácter indemnizatório, pelo que não é passível de imposto.

A própria lei portuguesa reconhece esse espírito ao falar em «plena indemnização» em «justa reparação» e em «merecida recompensa». Mas os Deficientes das Forças Armadas não se alimentam de palavras.

E muito mais grave ainda é a distorsão do princípio da indemnização consignado no Estatuto do Combatente da Federação Mundial (FMAC) no que toca à legislação sobre pensões de reforma.

Os nossos camaradas de outros países quase não acreditam quando lhes dizemos que um grande deficiente de guerra em Portugal que tenha desenvolvido uma actividade profissional na Função Pública durante trinta ou mais anos, preenchendo com força de vontade as suas limitações, produzindo tanto quanto qualquer outro trabalhador e sendo sujeito aos mesmos descontos para efeito de aposentação, terá de prescindir da reparação pelo dano físico sofrido para ter direito a uma pensão de reforma, além de perder a assistência médica, medicamentosa e protésica das Forças Armadas ao serviço das quais se deficientou e as facilidades no tocante a transportes.

Os nossos camaradas estrangeiros pasmam quando lhes dizemos que o deficiente das Forças Armadas Portuguesas, se não quiser perder essa assistência, perderá a pensão de reforma que lhe é devida pelo trabalho prestado e pelos descontos feitos ao longo de anos de trabalho.

Os nossos camaradas estrangeiros pasmam, e não é caso para menos, pois se o deficiente opta pela pensão de reforma, o Estado lava as mãos da responsabilidade que lhe cabe por uma lesão contraída ao seu serviço, exactamente no momento em que a sua vítima transpõe a porta da velhice. Pasam porque o cidadão que ficou sem uma perna, sem a vista ou com qualquer outra lesão durante o serviço militar passa nesse caso a ter o mesmo tratamento que qualquer outro cidadão que regressou ileso da guerra ou nem lá foi.

Em termos ainda mais simples mas infelizmente bem reais, há em Portugal leis iníquas que determinam que aquele que foi marcado pela guerra mas desenvolveu depois disso uma actividade profissional terá de optar entre duas situações de injustiça.

Continua na pág. 21

Acumulação de pensões da Função Pública: «ELO» dá a palavra aos interessados

CENTRAIS

EDITORIAL

(Continuação da pág. 1)

A ADFA tudo tem feito e tudo fará para mudar esse estado de coisas. Sempre esbarrou, porém, com a falta de vontade política dos Governos.

Estes pontos de vista foram apresentados repetidamente ao secretário de Estado da Defesa Nacional que os aceita, e já levou o assunto por duas vezes a Conselho de Ministros. Porém o falso argumento da falta de verbas sempre nos negou esse direito.

Tal como um sócio entrevistado para este número do ELO, perguntamos então: pretender-se-á equilibrar o orçamento à custa de uma parte dos trabalhadores portugueses — exactamente daqueles que mais dificuldade tiveram em dar um contributo igual ao dos demais para o bem do País, devido às deficiências que os limitavam à partida e que só com vontade e esforço conseguiram superar?

Muitas mais perguntas poderiam ainda ser feitas. Mas fiquemo-nos por mais duas:

Poderá um país considerar-se democrático quando as suas leis estabelecem para cidadãos deficientes um princípio de regalias desiguais para trabalho igual?

Poderá Portugal considerar-se integrado na Europa sem que a sua legislação sobre deficientes esteja minimamente harmonizada com a dos demais países da Europa e conforme aos mesmos princípios?

Sócios africanos dizem de sua justiça

Os nossos sócios de origem Africana, nomeadamente da Guiné-Bissau, deparam com uma série de problemas específicos que lhe dificultam e até impedem, em muitos casos, a necessária integração social e profissional.

Consciente desta situação, a ADFA, procurou ao nível escolar proporcionar-lhes como é sua obrigação, um grau de conhecimentos elementares, nomeadamente linguísticos.

Outra questão, de difícil resolução, mas na qual a ADFA está empenhada, é o problema do emprego. Estão neste momento a ser estudadas, conjuntamente com organismos oficiais, hipóteses de integração profissional.

Com o objectivo de criar condições para que estes sócios participem na vida associativa, realizou-se no passado dia 9 de Julho, na Sede da ADFA, uma reunião com a presença de sócios africanos, responsáveis pela Escola e elementos da Direcção Central.

Nesta reunião foram discutidas várias questões que mais afectam estes nossos associados, nomeadamente o problema da integração profissional, a questão da Escola da ADFA, a criação de condições para que possam participar na vida associativa.

Estas reuniões surgem na sequência do programa dos Órgãos Sociais apresentado aos sócios e visam abrir a discussão e participação a todos onde não haja lugar à marginalização.

Deficientes civis das Forças Armadas (Milícias)

Após vários contactos efectuados pela Direcção junto das entidades competentes a respeito da situação dos ex-milícias da Guiné que se habilitaram à qualificação de deficientes civil das Forças Armadas, verifica-se que dos 92 pedidos apresentados mereceram já despacho favorável 29, prevendo-se que em breve sejam despachados os restantes.

Férias em Agosto na Sede

Os Serviços da Sede da ADFA encerram para férias do pessoal durante o mês de Agosto, porém será assegurado o serviço de Recepção e informações, o qual funcionará com o horário habitual, entre as 9.00 e as 18.00 horas.

Aniversários da Liga de Cegos João de Deus e da A.P.P.C.

A Liga de Cegos João de Deus completou 34 anos de existência no dia 23 de Julho, facto que vai ser comemorado com um espectáculo a realizar no Teatro Maria Matos na quarta-feira, 24 de Julho, com a participação de grande número de artistas de Variedades.

Entretanto, no dia 26 será a vez da Associação Portuguesa da Paralisia Cerebral, que completa um quarto de século de existência, pelo que promove no dia 27, sábado, uma sessão solene na Fundação Calouste Gulbenkian, com início pelas 16 horas.

Direcção visitou sócios do Lar Militar

Com o objectivo de alargar a participação associativa, de acordo com o programa dos Órgãos Sociais apresentado e aprovado pelos sócios nas eleições realizadas a 15 de Junho, a Direcção Central deslocou-se ao Lar Militar no passado dia 4 de Junho, tendo sido discutidas várias questões que afectam os sócios ali residentes.

O Lar Militar deve ser um local privilegiado, embora até ao momento não tenham sido criadas condições para que estes nossos sócios pudessem participar mais activamente na vida associativa, talvez devido ao facto de a ADFA, desde a sua criação, ter estado mais motivada para questões de âmbito reivindicativo, administrativo e burocrático. Todavia, pensamos que é chegada o momento de dinamizar a participação associativa, em detrimento, se necessário for, das outras questões até agora mais privilegiadas.

Os residentes do Lar Militar, são todos grandes deficientes motores com problemas específicos que poderão dar um prestimoso contributo na discussão e apresentação de soluções para muitos dos problemas que constituem barreiras à integração plena dos grandes deficientes.

Eliminar barreiras

São inúmeras as barreiras com que os grandes deficientes mo-

tores se deparam, quer ao nível arquitectónico quer humano e muitas vezes não é só no exterior. Também, na nossa Associação se encontram barreiras que urge eliminar e para isso contamos com a colaboração de todos, nomeadamente daqueles que, devido à sua deficiência, mais sentem este problema.

Nesta reunião foram abordadas também questões que têm a ver com o atendimento dos sócios na Sede e com a atribuição de subsídio para aquisição de viatura própria.

Ocupar espaços

O Lar Militar possui espaços suficientes para o desenvolvimento de uma série de actividades destinadas a ocupar os tempos livres, ao nível Cultural, Desportivo e Recreativo. Esses espaços não têm sido ocupados devido, em grande parte, à falta de dinamismo, pelo que se torna necessário um trabalho tendente a ocupar esses espaços, até porque parece haver abertura para tal. Esta questão passará obviamente pela aproximação da ADFA ao Lar e do Lar à ADFA.

Para colmatar as lacunas existentes, vão ser criadas condições que possibilitem a participação associativa e os sócios residentes no Lar deverão organizar-se numa comissão que funcionará em colaboração com o Departamento de Integração Social da ADFA.

Núcleo de Alcobaça promove Piquenique

Por iniciativa do Núcleo da ADFA em Alcobaça, realiza-se no próximo dia 4 de Setembro, no Campo Militar de S. Jorge, junto à Batalha, um piquenique com sócios e familiares.

O Campo Militar de S. Jorge, fica situado junto à Estrada Nacional n.º 1, a cerca de 6 km da Batalha e foi palco da célebre Batalha de Aljubarrota.

Para este convívio os participantes deverão levar consigo os respectivos petiscos, embora depois possam trocar com o parceiro do lado, no caso de valer a pena. Convém não esquecer a pinga para refrescar as gargantas.

O local do encontro prévio para este piquenique será no Clube Desportivo e Recreativo de S. Jorge, pelas 11.30 horas.

Este convívio que conta com actividades desportivas e recreativas destina-se a todos os sócios interessados quer sejam da área do Núcleo ou de outra qualquer.

Não é necessário proceder a inscrições prévias, basta aparecer no local de encontro pelas 11.30 horas.

INFORMAÇÃO FISCAL

No último número do ELO, sob este título, recordávamos aos sócios que estava a chegar ao fim o prazo para a compra dos selos para veículos e lembrávamos a existência de isenção para alguns deficientes das Forças Armadas. Contudo, devido a um lapso não indicávamos que só os sócios abrangidos pelo Dec. Lei 43/76 e com mais de 60 por cento de deficiência tem direito a tal isenção.

Esta lamentável «gralha» fez com que alguns dos nossos sócios tivessem procurado informar-se junto da secretaria, que lhes deu a informação correcta, aqui reproduzida.

A todos quantos inadvertidamente induzimos em erro, as nossas desculpas.

Delegações encerradas para férias

FAMALICÃO

Dentro do espírito de não fechar totalmente as portas desta delegação avisam-se os associados de que o esquema de férias deste ano é o seguinte:

SERVIÇO DE SECRETARIA: Encerra de 2 a 31 de Agosto (de 2.ª a 6.ª feira um elemento da direcção da delegação prestará apoio a casos urgentes das 13 às 14 horas)

O BAR: Encerra de 1 a 30 de Setembro (manter-se-á aberto em Agosto com o apoio do funcionário da Secretaria).

FARO

A delegação da ADFA em Faro vai estar encerrada durante o mês de Agosto, por motivo de férias do empregado que habitualmente nela presta serviço. Contudo, para casos urgentes, os associados poderão contactar telefonicamente esse empregado, que se prontificou a deslocar-se à delegação aos sábados de manhã quando tal se justifique.

O telefone é o 22954, da rede de Faro.

SETÚBAL

A delegação de Setúbal encontra-se encerrada para férias no período compreendido entre 12 de Agosto e 11 de Setembro, próximos.

Reuniões com trabalhadores da ADFA

Melhorar os serviços fomentar o associativismo

Procurando dinamizar a participação nas grandes questões associativas, de acordo com a nova dinâmica que se pretende imprimir, valorizando o associativismo em detrimento, se necessário, das questões burocráticas — administrativas, tem havido semanalmente, à quarta-feira, na Sede, reuniões com todos os trabalhadores.

Estas reuniões que poderão prejudicar nos primeiros tempos o serviço de atendimento aos sócios, uma vez que a maioria dos serviços encerram no período da manhã, darão com certeza os seus frutos a curto e médio prazo, vindo a melhorar radical e qualitativamente os serviços prestados e o espaço de convívio associativo.

Na sequência desta

nova dinâmica que se pretende imprimir e que, aliás, foi aprovada pelos sócios aquando das eleições em 15 de Junho, deverá ser implementada uma correcta informação associativa, alterada a moção de serviços prestados aos sócios e a participação associativa intensificada.

Futuramente todos estes problemas passarão por discussões com a massa associativa a fim de colher um maior leque de opiniões.

Dado que todas as questões dizem respeito a todos, cada sócio e cada trabalhador deverá ser uma polo dinamizador de todo este processo, não podendo obviamente alhear-se de um ou outro assunto porque não lhe diz directamente respeito.



ADFA recebida pelo Secretário Nacional de Reabilitação

Governo deixa SNR à deriva

Os órgãos centrais da ADFA foram recebidos, em 17 de Julho, pelo secretário Nacional de Reabilitação, ao qual apresentaram mais uma vez os muitos problemas que querem ver resolvidos, nomeadamente a aprovação da nova Lei Orgânica do SNR, sem a qual continua a não haver real participação dos deficientes nas questões que lhes dizem respeito.

Da parte do secretário Nacional há abertura e vontade de agir. Porém, ao não regulamentar a actividade e funcionamento do Secretariado, o Governo deixa-o, na prática, sem possibilidade de actuação, politicamente bloqueado, numa situação que contrasta flagrantemente com as boas palavras que nos são dirigidas quando se trata de apregoar intenções.

A respeito da nova Lei Orgânica do SNR foi mais uma vez exposta ao secretário nacional a necessidade de reposição dos princípios pelos quais nos batemos há dois anos ao exigir a nomeação de um novo secretário. Facto é que, tanto tempo depois, a Lei Orgânica que continua em vigor veda a participação dos deficientes, contraria os princípios da ONU para a Década dos Deficientes que Portugal aceitou, contraria o programa do Governo e o do Partido Socialista, e contrasta violentamente com boas palavras que temos ouvido a este respeito, como o eloquente discurso do ministro de Estado Almeida Santos no encerramento do 15.º Congresso da Reabilitação Internacional.

O Secretário Nacional de Reabilitação manifesta boa vontade e empenhamento para andar em frente. Porém verifica-se que o Secretariado é bloqueado politicamente, os deficientes são na prática ignorados pelos Governos, que apenas lhes dedicam de vez em quando umas quantas boas palavras, mais para os calar que com a intenção de resolver os problemas que se lhes põem.

Precaridade do Governo não serve de desculpa

O facto de o projecto de nova Lei não ser aprovado não encontra sequer desculpa no carácter transitório e de gestão do actual governo. O Governo teve dois anos para ponderar os problemas que lhe têm sido postos e tem o projecto em seu poder há muito tempo. Esta situação, do ponto de vista da ADFA é incompreensível e intolerável, pois sem uma lei que assegure a participação dos deficientes no Secretariado e que atribua competências a este órgão como organismo coordenador de todas as questões ligadas aos deficientes e à reabilitação a nível nacional, o Secretariado é uma fachada que só poderá iludir o esquecimento a que o Governo vota os deficientes.

(A este respeito, a ADFA dirigiu uma carta ao primeiro-ministro, da qual damos conta noutro local deste número).

Falta de informação no Secretariado

Durante a audiência com o secretário nacional

de Reabilitação, a ADFA teve ainda ocasião de criticar a falta de informação que tem havido entre o Secretariado e as associações de deficientes. De facto, nos últimos tempos não tem havido circulação de informação, o secretariado tem actividades que a ADFA desconhece e vive fechado em si mesmo. Não podemos aceitar que as associações de deficientes sejam chamadas a apoiar mas não sejam chamadas a participar nas questões que lhes dizem respeito.

A ADFA teve ainda

Cooperação com países africanos

Foi ainda abordada nesta reunião a cooperação com os países africanos de expressão portuguesa, área em que o Secretariado se tem assumido como interlocutor interessado.

A ADFA fez sentir a necessidade de agir no sentido de desenvolver essa cooperação e apontou os casos graves de integração dos nossos sócios africanos, tal como o de outros ex-combatentes do Exército Português que se encontra nesses países, podendo ainda vir para Portu-

gal, dado que as leis actuais lhes impõem a opção pela nacionalidade portuguesa para que tenham direito a indemnização pelos danos físicos sofridos. Mais uma vez se trata de um problema que o Governo tem deixado à deriva por falta de regulamentação. Problema particularmente grave porquanto são quase nulas as possibilidades de real integração desses nossos associados na sociedade portuguesa devido a barreiras linguísticas e profissionais, e à luz do

direito internacional o Estado Português tem responsabilidades perante os seus servidores militares que se deficientaram tenham eles a nacionalidade que tiverem.

A ADFA sabe o que quer e está disposta a dar um contributo para a cooperação com os estados lusófonos.

Mas será necessário que o Governo apoie.

Questão da sede

Também foi abordada com o secretário Nacional a questão da sede da ADFA, a que alguns jornais se tem referido ultimamente (ver notícia noutro local desta edição). A Direcção reafirmou a sua posição de que as actuais instalações apresentam sérias limitações para o desenvolvimento da actividade associativa, mas só as deixaremos quando tiver sido encontrada uma solução funcional e condigna. Para tal apontamos a necessidade de criação de um grupo de trabalho no âmbito da secretaria de Estado da Defesa Nacional, onde deverão estar representados a ADFA e mais quem o Go-



verno achar necessário, à semelhança do grupo de trabalho criado em 1978.

O secretário Nacional afirmou-se inteiramente de acordo com as teses da ADFA e garantiu que nada se fará sem que sejamos chamados a participar.

Estatuto de aposentação

Foram ainda expostos ao secretário Nacional de Reabilitação vários problemas dos deficientes das Forças Armadas no plano legislativo, nomeadamente a alteração do estatuto da aposentação, e a regulamentação da aquisição de viatura própria para deficientes.

Relativamente ao Estatuto da Aposentação, a ADFA exigiu que o SNR e a ADFA participem do grupo de trabalho que

está a estudar o problema no âmbito do Ministério das Finanças. O SNR comprometeu-se a diligenciar para que essa participação se efective.

Foi ainda apontada a necessidade de alteração do Decreto-Lei 235-D que limita o direito dos deficientes motores à aquisição de viatura própria, impondo entre outras limitações matrículas especiais e obrigando a que o veículo seja sempre conduzido pelo deficiente. Qualquer destas restrições é inaceitável, pois se a matrícula diferenciada constituiria um estigma que só poderá ser qualificado de verdadeiramente medieval, é sabido que o deficiente motor necessita muitas vezes de ser conduzido por um familiar ou outra pessoa, e constituiria igualmente prática discriminatória limitar tal direito aos deficientes com carta de condução.

Palácio da Independência volta a ser notícia

Notícias e comentários recentes nos jornais têm referido a questão da sede da ADFA e da sua eventual saída do Palácio da Independência. Como noticiamos noutros pontos desta edição, quer o secretário de Estado da Defesa Nacional quer o secretário Nacional de Reabilitação reafirmaram aos órgãos centrais da ADFA que não há nada de novo e que não será tomada qualquer decisão nas costas da ADFA. A posição da nossa associação é conhecida: o Palácio da Independência não oferece as melhores condições para o desenvolvimento e fortalecimento da vida associativa, mas só o deixaremos quando dor encontrada uma solução satisfatória.

Muitos sócios se interrogaram recentemente sobre a questão da sede ao ler nos jornais notícias e comentários em que a transferência da ADFA para novo local se apresentava como iminente.

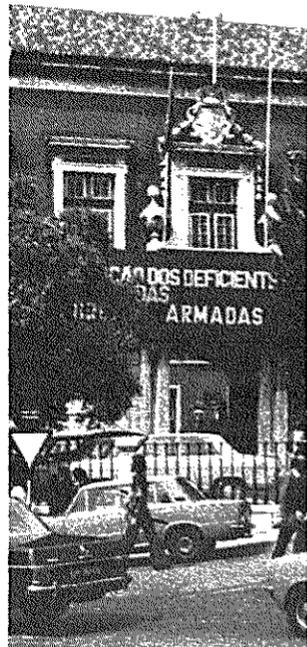
Assim, no «Correio da Manhã», em crónica assinada por Gualter Cardoso, podia ler-se:

«A 25 de Abril de 1974, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas ocupou o vasto Palácio da Independência e

nele se instalou dispensando quatro salas à Sociedade Histórica para a Independência de Portugal. Tem vindo esta, através da sua direcção a acelerar o processo há anos iniciado para a recuperação do Palácio, recorrendo para tal às instâncias responsáveis e competentes. Outrossim, procura sensibilizar a opinião pública, elucidando-a da legitimidade da sua pretensão. De salientar ter já a Associação dos

Deficientes um local para a sua instalação. Para esse fim foi-lhe cedido o Lar da Cruz Vermelha (...)

Não corresponde à verdade o que se afirma



no texto citado, pois nenhuma proposta foi feita à ADFA quanto a uma eventual transferência das suas instalações para o Lar da Cruz Vermelha. Tudo quanto houve foram «zumzuns» sobre o assunto que nunca tiveram concretização. A ADFA está evidentemente disposta a estudar qualquer proposta que lhe seja feita desde que salve a necessidade de instalações funcionais e dignas para o desenvolvimento da sua actividade.

Por outro lado, em notícia inserida no semanário «O Jornal» sobre a questão da nova sede para a Associação 25 de Abril, lê-se a dado passo:

«(...) o Governo admitiu a hipótese de aquela associação poder transferir-se para o Palácio da Independência, enquanto seriam encontradas instalações mais adequadas para a Associação dos Deficientes das Forças Armadas.» Mas logo adianta: «Entretanto,

mais duas hipóteses podem ser consideradas nos próximos dias.»

Como facilmente se depreende, a natureza vaga e contraditória destas hipóteses é significativa de que o assunto não irá ser resolvido tão depressa. A posição da ADFA sobre o assunto é conhecida, mas lembramos as palavras do presidente da Direcção Central, Lopes Dias, em entrevista publicada no último número do ELO: «O palácio não tem condições para um desenvolvimento harmonioso da ADFA. No entanto — e isto é uma questão de honra e até de direito — só sairemos de cá quando forem criadas condições de funcionalidade e dignidade noutro local. Esta é uma posição reconhecida pelos órgãos de soberania. Não vamos sair daqui para qualquer esconso.»

Tiragem deste número: 8000 exemplares

Expojunior

Juventude desperta para os problemas dos deficientes

A nossa presença na Expojunior foi marcada pela visita de milhares de pessoas, nomeadamente jovens, uma vez que se tratava de um certame destinado à juventude. O objectivo da nossa presença na FIL, durante esta Feira, para lá da divulgação das actividades da nossa Associação, foi a sensibilização dos visitantes para a problemática do deficiente em geral e do deficiente das Forças Armadas em particular, alertando também para as consequências da guerra e a necessidade de vivermos em paz.

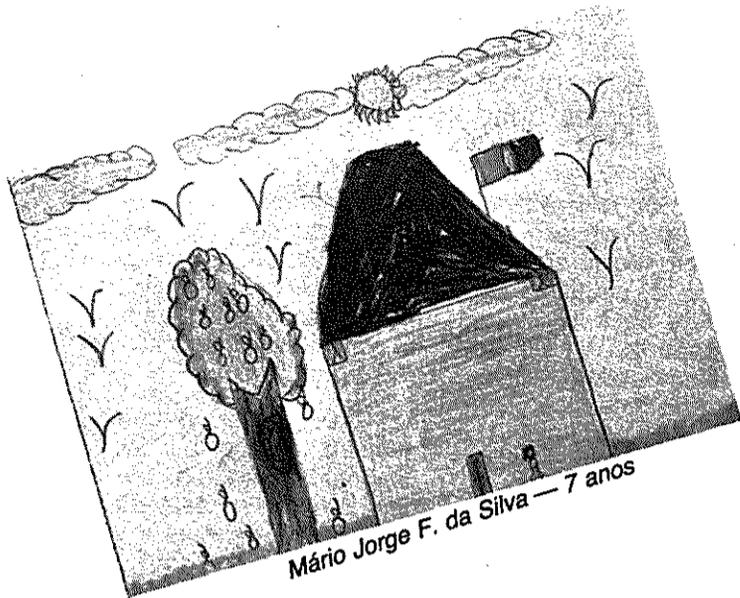
Deste modo, distribuímos um pequeno panfleto destinado aos mais novos, onde lhes transmitimos a nossa mensagem neste Ano Internacional que lhe é dedicado e no qual explicamos o porquê da nossa origem, a necessidade da existência da nossa organização e os problemas com que deparamos.

Em 1985, comemora-se o Ano Internacional da Juventude, em 1981 comemorou-se o Ano Internacional do Deficiente. Outros anos internacionais têm sido comemorados. Porém, quando se atribui um Ano Internacional a qualquer grupo social, algo está mal e é preciso que a sociedade o não ignore. Sabemos, contudo, que embora se reconheça que há muito para fazer e as promessas vão surgindo, acaba esse ano e tudo fica na mesma.

Nos contactos que tivemos com os mais jovens, verificámos que há receptividade para o diálogo conosco.

Assim, convidámos os mais jovens a fazer um trabalho, prosa, desenho ou poesia, para ser publicado no «ELO» em Julho, Setembro ou Outubro. Os temas sugeridos foram a Paz, Integração Social do Deficiente e Tema Livre.

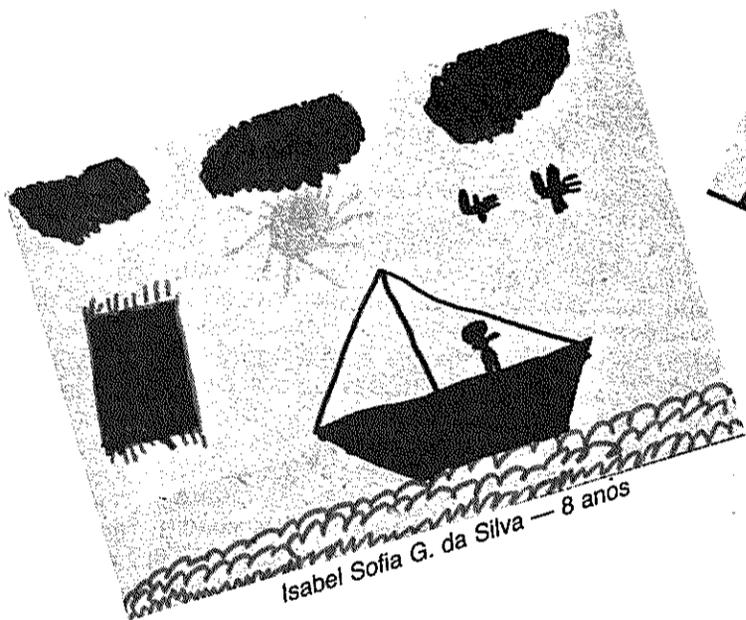
Dos trabalhos recebidos na nossa Redacção, publicamos uma primeira série, pelo que os que nos enviaram trabalhos e não os viram publicados neste número terão de aguardar até Setembro.



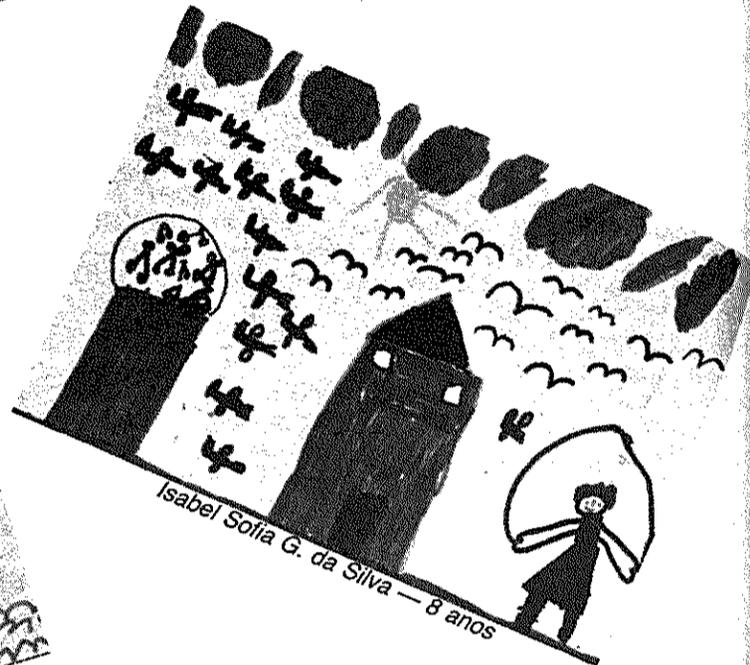
Mário Jorge F. da Silva — 7 anos



Paula Sofia A. C. J. Ferreira — 13 anos



Isabel Sofia G. da Silva — 8 anos



Isabel Sofia G. da Silva — 8 anos

*Façamos a paz
Vamos acabar com a guerra
Faz a paz meu rapaz
Faz o bem ao planeta Terra.*

*Porquê a guerra em vez do amor
Porquê a gerra em vez do calor de viver*

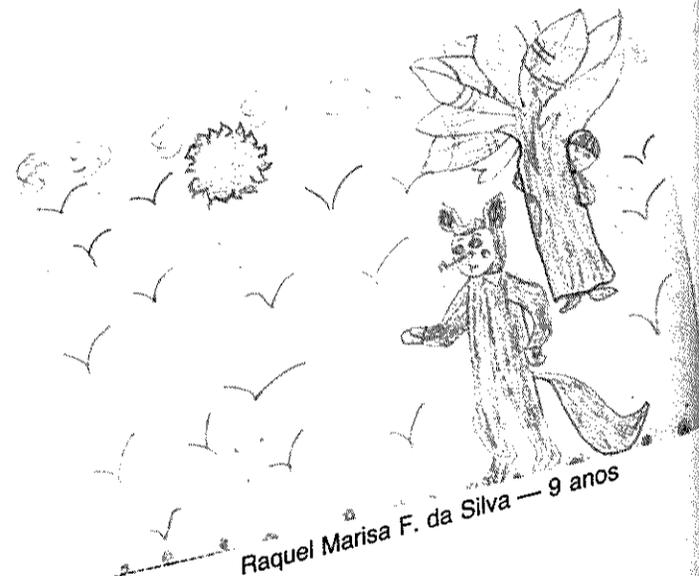
*Chuva vento ou sol tanto faz
O que gostava de ter era a paz*

*Queremos a paz e não queremos a guerra
É melhor a paz do que a guerra*

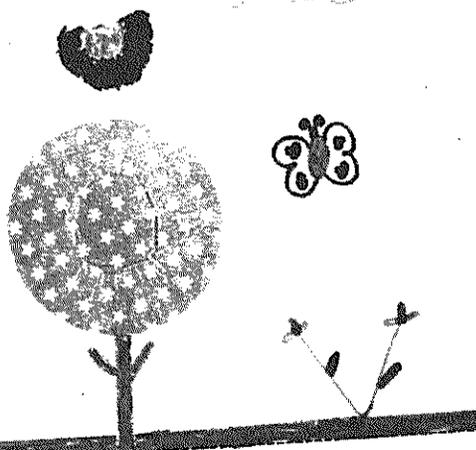
*Porque será que os governantes dos povos
Pretendem a guerra a uma conversa justa e franca
Onde poderiam encontrar alegria dos povos
que deveriam viver numa terra franca*

*A trovoada a nascer
O sol a morrer
A guerra a viver
A paz a morrer*

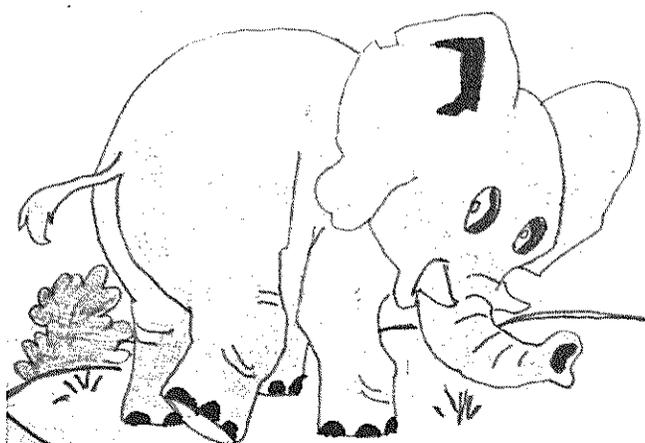
ALEXANDRA C. T. CAMPOS — 12 ANOS



Raquel Marisa F. da Silva — 9 anos



Sandra da Luz D. F. Duque — 7 anos



Sandra da Luz D. F. Duque — 7 anos



Carlos Manuel B. Martins — 11 anos

Direcção Central recebida pelo sec. Estado da Defesa Nacional

Questão da sede não será resolvida nas costas da ADFA

A Direcção Central da ADFA foi recebida pelo secretário de Estado da Defesa Nacional, Figueiredo Lopes, em 27 de Junho, num período em que o Governo estava na iminência da queda. Por esse motivo não foram tratadas questões de fundo, mas apenas reivindicações pontuais da ADFA, nomeadamente a questão da acumulação de pensões e a da sede.

No tocante à possibilidade de acumulação de pensões dos deficientes das Forças Armadas com pensões de reforma da função pública, o secretário de Estado está de acordo com as nossas reivindicações e já levou a questão por duas vezes a Conselho de Ministros. Como é sabido, de ambas as vezes essa proposta foi rejeitada.

Foram a este respeito fornecidas ao secretário de Estado da Defesa Na-

cional indicações sobre a situação noutros países europeus, com base num dossier que está a ser elaborado na ADFA a respeito da situação do deficiente militar noutros países.

Figueiredo Lopes reafirmou por outro lado a disposição de incluir na nova Lei Orgânica da Defesa Nacional a criação de um órgão militar de reabilitação que preencha as funções da extinta CMRA.

A ausência de tal órgão, lembramos, faz com que com a nomeação de um novo governo tenha muitas vezes de iniciar-se de novo todo o trabalho desenvolvido junto do anterior, rerepresentar as posições da ADFA, sensibilizar os novos responsáveis e prestar-lhe de novo informações já fornecidas).

Sede: reivindicado grupo de trabalho

Foi depois debatida a questão da sede.

Mais uma vez o secretário de Estado reafirmou que nenhum passo será dado sem que a ADFA seja chamada a participar.

A direcção afirmou por seu turno a necessidade de criação imediata de um grupo de trabalho para estudar o assunto,

no âmbito da secretaria de Estado da Defesa, de acordo de resto com o que já anteriormente nos havia sido prometido. O secretário de Estado prometeu mais uma vez diligenciar nesse sentido.

Por último foi debatida a questão da cooperação com os novos países africanos de expressão portuguesa. Figueiredo Lopes frisou a importância dessa área e referiu a possibilidade de uma cooperação entre ex-combatentes poder inclusivamente contribuir para desbloquear a cooperação noutros domínios. Considerando meritório o trabalho que a ADFA, no âmbito da Federação Mundial de Antigos Combatentes se propõe realizar, Figueiredo Lopes afirmou que tudo fará para apoiar essas iniciativas.

Aquisição de viaturas

Aviso

Chama-se a atenção de todos os sócios beneficiários do direito à isenção de tarifas alfandegárias na aquisição de viatura própria para o facto de a Repartição Geral do Ministério do Exército ter passado a exigir fotocópias dos documentos de circulação da última viatura adquirida ao abrigo dessa legislação (Livrete e Título de Registo de Propriedade) para a emissão de nova declaração.

Assim, os sócios nestas condições devem munir-se dessas fotocópias antes de transaccionar o veículo.

REALIZOU-SE EM VISEU

ACAMPAMENTO INTERNACIONAL PARA JOVENS DEFICIENTES

O Núcleo Regional de Viseu da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, organizou, entre 8 e 14 de Julho, um Acampamento Internacional para jovens deficientes na Quinta de Belém, Vildemoinhos (Viseu).

Este acampamento teve como objectivo proporcionar uma vida mais livre e sadia aos deficientes, tão presos por mil barreiras mentais e arquitecturais, que desta forma puderam sentir-se durante vários dias, em contacto directo com a natu-

reza mais alegres e descontraídos praticando as mais variadas actividades de recreação: canoagem, pesca, jogos tradicionais.

Realizou-se ainda uma visita às Caves do Dão, onde foi servido um Dão de Honra. Seguiu-se uma visita guiada a Viseu.

Este acampamento registou 450 inscrições e estiveram presentes uma delegação inglesa e outra italiana, o que proporcionou ocasião para um franco convívio entre jovens de diversas nacionalidades.

DELEGAÇÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Associados da área de acção de Delegação de V. N. de Famalicão, em pleno gozo dos seus direitos de Associados, para uma reunião de Assembleia Geral de Delegação, nos termos do Art.º 48.º n.º 3 dos Estatutos da A.D.F.A., a ter lugar no dia 27/7/85, pelas 14 horas, na sala de convívio desta delegação, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 96/98-r/c, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção de Delegação e respectivo parecer do Conselho Fiscal de Delegação reactivamente ao exercício do 1.º semestre de 1985.
- 2.º — Rever tomada de posição da última A.G.D. face ao C.N.
- 3.º — Assuntos diversos de interesse associativo.
- 4.º — Diversos.

O RELATÓRIO E CONTAS desta delegação referente ao 1.º semestre de 1985 está à disposição dos sócios na delegação, podendo também ser solicitado o seu envio pelo correio.

TRABALHO PROTEGIDO

Já há leis, falta ouvir os deficientes

O Dec.-Lei 40/83 que estabelece as bases para a criação do trabalho protegido para deficientes demorou três anos a elaborar e aprovar. Quando saiu, a ADFA advertiu: esperamos que não demore agora três anos a regulamentar. Demorou dois anos e meio. A lei regulamentadora, no geral, abre boas perspectivas, desde que vá beneficiar exactamente aqueles a quem se destina, sem o que haverá o risco de o trabalho protegido se converter num novo factor de discriminação. É portanto necessário que as organizações de deficientes participem na colocação em prática dos princípios estabelecidos pela nova legislação. Para já uma observação se impõe: a da necessidade de complementar esta lei com leis da quota obrigatória e incentivo ao emprego de deficientes, sem as quais esta legislação poderá converter-se numa porta de saída para empresários menos escrupulosos.

Antes do mais haverá que explicitar os princípios que devem presidir à criação de postos de trabalho protegido numa óptica de reabilitação: o trabalho protegido deve destinar-se aos deficientes profissionais, àqueles que mercê da sua deficiência

não podem competir no mundo do trabalho em condições de igualdade com os demais trabalhadores.

Assim, o trabalho protegido não será em princípio rentável, o que justifica o apoio estatal.

A nova legislação é globalmente aceitável e constituirá mesmo um passo de extrema importância para a integração social dos deficientes desde que a aplicação que dela se faça não deixe margem a empresários pouco escrupulosos para criarem linhas de produção empregando deficientes que poderiam competir com os demais trabalhadores no mercado do trabalho, usurpando os subsídios do Estado que só devem contemplar as situações de emprego de deficientes com uma capacidade de trabalho reduzida a partir de 30 por cento nos termos da lei).

O trabalho protegido é à partida um factor de marginalização. Aceitamo-lo apenas quando e enquanto não há outra possibilidade. O

deficiente empregado em trabalho protegido deverá integrar-se no mercado de trabalho normal sempre que recupere as capacidades perdidas que justificavam o seu estatuto de excepção.

Isto aponta para a necessidade de leis de quota obrigatória de emprego de deficientes capazes de competir no mercado de trabalho e de

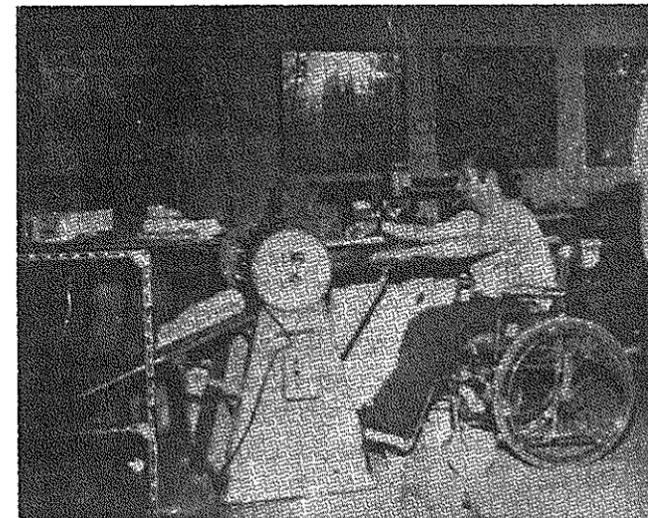
incentivo ao ao emprego desses mesmos deficientes.

Outra questão crucial é a dos princípios da equipa técnica que deverá avaliar os casos dos deficientes a empregar em regime de trabalho protegido. Defendemos que as organizações de deficientes terão de participar da definição desses princípios.

Oficina de tipografia da ADFA poderá beneficiar

Se bem aplicada, a nova legislação será de extrema importância. Lembramos o meritório trabalho da CER-CIS, entre outros, que muito

de trabalho protegido com a publicação desta nova legislação, de acordo de resto com as decisões do II Congresso da ADFA. Dentro de



poderão beneficiar com estas medidas.

Também a oficina de tipografia da ADFA poderá via a transformar-se num centro

pouco tempo será apresentada nesse sentido uma proposta ao Instituto do Emprego e Formação e Formação Profissional.

Escola da ADFA abertas inscrições

Estão abertas as inscrições para a frequência dos cursos da Escola da ADFA no próximo ano lectivo, que abrangem:

- Educação Básica de Adultos (4.º classe)
- Ciclo Preparatório
- 3.º Ano do Curso Geral

Os sócios interessados poderão inscrever-se todos os dias úteis entre às 15 e às 18 horas no DDCC

ELEIÇÕES NAS DELEGAÇÕES — RESULTADOS

DELEGAÇÃO	N.º VOTANTES	LISTA A	LISTA B	LISTA C	LISTA ÚNICA		NULOS	BRANCOS
					SIM	NÃO		
BRAGANÇA	47				46	0*	0	1
V. N. FAMALICÃO	188	142	43				2	1
PORTO	607	481	115				9	2
UISEU	193		151	36			4	2
COIMBRA	134				119	6	2	7
CAST. BRANCO	187				181	2		4
SETÚBAL	147	107	39					1
FARO	60				54	3	2	1
AÇORES	117				111	6		
MADEIRA	84				84	0	0	0

VENDE-SE

2 moradas a 20 km de Lisboa, 1 com 2545 m² e outra com 1469 m² muraihas, planas com vinha, árvores de fruto, luz, água da companhia, 2 poços, moinho e tanque, urbanizadas livres.

Vivenda Solar Algarvio — Rua Roselral da Ribelra — ao Casal dos Ninhos, Venda do Pinheiro — Malveira.

SEGUROS

QUALQUER RAMO EM TODO O PAÍS CONSULTAS TÉCNICAS E CONTACTOS

Tel. (01) — 22023 85

SÓCIO ARMANDO ALVES

R. VITÓRIA, 131 — VALE MILHAÇOS

CORROIOS

2800 ALMADA

Joaquim Castelinho, deficiente de campanha

«Querem equilibrar as finanças à custa dos deficientes»



«Estamos condenados a trabalhar até o cangalheiro tomar conta de nós» — quem assim desabafa é Joaquim Augusto Castelinho, de 60 anos, deficiente de campanha, que depois de sofrer uma guerra que ainda hoje o atormenta e trabalhar durante 23 anos vê. Ser-lhe negada a pensão de reforma que deveria auferir, se quiser manter os direitos de compensação pelos danos físicos e psicológicos que a guerra lhe causou.

Joaquim Castelinho é hoje um homem particularmente sensível. Perfurações dos tímpanos sofridas em combate aliadas a perturbações causadas pela imagem dos horrores da guerra, fazem com que ainda hoje reaja ao bater de uma porta quase como se de um tiro se tratasse. E lembra a todo o momento o início da guerrilha em Angola: «Não esqueço os mortos que me fizeram, que destruí aldeias e ajudei a enterrar cadáveres de mulheres e crianças.» Apesar da sua grande força de vontade (já depois da guerra licenciou-se em História e em Românicas, leccionou no Ensino Secundário e é desde há seis anos professor da Escola de Oficiais e Sargentos da Força Aérea em horário reduzido) não esconde o desespero a que com frequência não resiste e

afirma: «Não somos carne para canhão. Diga ao senhor ministro da Defesa que me dê um tiro, pois não é justo que sejam os deficientes a pagar o equilíbrio das Finanças.»

Joaquim Castelinho já tentou tudo: exposições ao secretário de Estado da Defesa e ao presidente do Conselho de Ministros, em que dá conta das suas razões e das injustiças de que é vítima. Aponta como exemplo a situação dos deficientes do trabalho: «Qualquer operário que cai de um andaime recebe uma indemnização que pode acumular com rendimentos do trabalho. Ora os que não tiveram a habilidade de se libertar da guerra e comeram o pão que o diabo amassou, ficando cegos, surdos, sem pernas, sem braços, vêm negado o direito a uma reforma.»

É o seu caso, apesar de desde há 24 anos descontar para a Caixa Geral de Aposentações como qualquer outro funcionário. O que o leva a dizer: «Não podem ser confundidos os direitos dos deficientes militares com os direitos de qualquer outro cidadão que não sofreu as marcas profundas e contundentes da herança deixada pela guerra.» A actual legislação «põe os deficientes nos pináculos da Lu» ao falarem «plena indemnização, justa reparação e merecida recompensa», mas depois «coloca-os numa posição de inferioridade», tornando-os ainda mais deficientes perante a humilhante atitude discriminatória que consiste em ter descontos e produzir trabalho igual para depois ter regalias desiguais ou ter de prescindir delas para não perder direitos anteriormente adquiridos.

Obrigam os deficientes das Forças Armadas a optar por uma das pensões, depois de terem descontado para a Caixa Geral de Aposentações como os restantes funcionários sem daí obter qualquer benefício é um atentado contra os mais elementares Direitos do Homem.

Para Joaquim Castelinho, esta situação de injustiça é clara: «Pretendem equilibrar as finanças do País à custa das exploração dos deficientes das Forças Armadas, quando estes atingem

a fase final da sua existência, e quando mais precisariam de ser acompanhados e assistidos, considerando-os inúteis porque produzem menos. É um autêntico crime que não terá perdão nem de Deus nem do Diabo.

«Descontamos, logo não há justificação para uma atitude que é discriminatória e humilhante: o sangue derramado ou as deficiências contraídas não têm preço.» Em 1961 em Nova Caipemba, o então primeiro-sargento de Infantaria Joaquim Castelinho, quando a viatura em que seguia recebia fogo pelo lado esquerdo,

1975. Regressou então e continuou a dar aulas: «Dou as aulas como posso pois estou a reabilitar-me.» Lê muito, insiste em se valorizar e em humanizar uma sociedade que sente cada vez mais hostil: «Vivemos num mundo de revolta e incompreensão.»

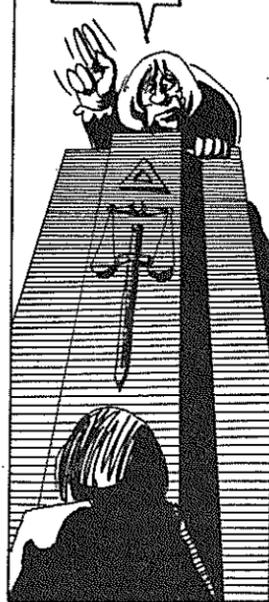
Ao fim de 23 anos de serviço gostaria de ceder o seu lugar, mas não admite prescindir da recompensa pelo trabalho que prestou e para o qual fez todos os descontos como os demais, assim como não admite que os danos que sofreu no corpo e no espírito deixem de

A HORA DOS JUSTOS

HÁ SEMPRE UM DIA EM QUE DESEJAMOS ARDENTEMENTE QUE NOS FOSSE FEITA JUSTIÇA. EQUILIBRADA UMA DESIGUALDADE, RÉPOSTA A VERDADE, ETC. TANTA É A NOSSA SEDE DE JUSTIÇA, QUE OS RESPONSÁVEIS SE DERRAM JÁ A TRABALHAR DE CRIAR INSTITUIÇÕES QUE TÊM A SEU CARGO GARANTIR QUE O QUE NOS FÔR TIRADO E NOS FALTA, SERÁ DEVOLVIDO, COM JUROS, ... NUM OUTRO MUNDO!! A HISTÓRIA QUE SE SEQUE ACONTECE NUM MUNDO IMAGINÁRIO. NÃO COMEÇA POR... ERA UMA VEZ! NA VERDADE FORAM TANTAS VEZES QUE NEM VALIA A PENA CONTAR A HISTÓRIA. MAS, CONTAREMOS! QUALQUER SEMELHANÇA COM QUALQUER REALIDADE CONHECIDA, É DE PROPOSITO NÃO É COINCIDÊNCIA! NÓS NÃO INVENTAMOS NADA!

É POIS NESTE TRIBUNAL IMAGINÁRIO QUE DECORRE A NOSSA HISTÓRIA...

FALAI



AI ESTÁ! ONDE ACABA... ONDE COMEÇA A HISTÓRIA DA NOSSA VIDA?



saltou. «Eu atirei-me loucamente. Estava louco. Vi o condutor deitado sobre o volante e corri para o pé dele para lhe dar ânimo. Não esperava condecorações nem recompensas.» Teve louvores, que evita enumerar, por modéstia. Passou três anos no hospital militar. Parcialmente recuperado, voltou a Angola onde se dedicou ao Ensino até

ter qualquer compensação passados estes anos e seja sujeito ao mesmo tratamento de qualquer outro funcionário.

De vez em quando, vêmo-lo na sede da ADFA: «É um ambiente favorável estar em contacto com quem se encontra na mesma situação ou ainda pior. Temos fome e sede de justiça.»

Imposto Complementar

Ministério das Finanças bloqueia justiça aos DFA'S

O secretário de Estado do Orçamento indeferiu a solicitação da ADFA no sentido de que na determinação da matéria colectável para efeitos de Imposto Complementar não sejam considerados o abono suplementar de invalidez e a prestação suplementar de invalidez.

Afirma o Ministério das Finanças da Defesa Nacional, que a solicitação apresentada não tem suporte legal e lembra que os contribuintes com direito a essas indemnizações poderão requerer a elevação das deduções previstas na alínea a) do artigo 29.º do Código do Imposto Complementar «desde que sejam portadores de deficientes de carácter permanente de grau igual ou superior a 60 por cento».

Não era uma questão de interpretação da lei que estava em causa, mas a justiça das leis em

vigor no que respeita a esta situação. Como muito bem lembra o secretário de Estado da Defesa Nacional em despacho que transmitiu ao secretário de Estado do Orçamento, «a intenção do pedido de atenção para este problema era e continua a ser, o de por razões sociais e de justiça fiscal, virem no futuro a ser atendidas as isenções relativas ao abono e à prestação suplementar de invalidez dos deficientes das Forças Armadas».

Tal como no tocante à acumulação de pensões,

também neste caso os deficientes das Forças Armadas continuam a ser vítimas da insensibilidade do Governo, que se apega a leis informadas por concepções obsoletas na Europa actual. Para o Ministério das Finanças, a reparação por um dano sofrido ao serviço das Forças Armadas é um rendimento igual ao de um prédio ou uma conta a prazo.

Quando a compensação de dano causado por acidente de trabalho ou viação é legalmente considerada uma indemnização não possível de impostos ou restrições no tocante à acumulação de outros vencimentos ou pensões, por que não de ter tratamento diferente os que se deficientaram no cumprimento de missões impostas pelo Estado? Talvez um dia o sr. ministro das Finanças nos consiga explicar.

Em carta ao primeiro-ministro, ADFA adverte:

Apoios da CEE em risco

A respeito da necessidade de participação dos deficientes na coordenação de uma política de reabilitação a nível nacional, impossível sem a nova Lei Orgânica do Secretariado Nacional, cujo projecto o Governo tem em seu poder para aprovação há mais de dois anos, a Direcção da ADFA enviou uma carta ao primeiro-ministro, em que se aponta a urgência de aprovação dessa medida fundamental para um eficaz aproveitamento dos apoios comunitários resultantes da próxima adesão de Portugal à CEE.

Na carta ao chefe do Governo, a ADFA lembra a intransigente defesa que a ADFA sempre fez da existência em Portugal de um organismo de cúpula da Reabilitação que constitua instrumento do Governo para pôr em prática uma política nacional de Reabilitação e dê resposta aos problemas de muitos milhares de cidadãos afectados por deficiências permanentes.

É lembrado que esta posição da ADFA e de outras organizações de deficientes mereceu a aquiescência do Governo presidido pelo chefe do actual Executivo, que criou, em Agosto de 1977, o Secretariado Nacional de Reabilitação, materializando assim uma velha esperança dos deficientes portugueses, que viram dessa forma reconhecido o direito a participar de corpo inteiro

no planeamento e definição das políticas de reabilitação e integração socioprofissional.

É ainda lembrado que a criação do SNR, em 1977, colocou Portugal numa posição de vanguarda quanto ao papel que os deficientes devem desempenhar na sociedade em que se encontram inseridos, antecipando-se de algum modo aos princípios definidos pelas Nações Unidas para a Década dos Deficientes.

Recorda-se depois que a publicação do Decreto-Lei 395/82 alterou profundamente os objectivos e funcionamento do SNR, repondo a filosofia reinante até 1977 e voltando a negar o direito dos deficientes à total participação e igualdade.

A ADFA reagiu energeticamente contra a reposição dessa prática cadu-

brar as finanças

deficientes»

a fase final da sua existência, e quando mais precisariam de ser acompanhados e assistidos, considerando-os inúteis porque produzem menos. É um autêntico crime que não terá perdão nem de Deus nem do Diabo.

«Descontamos, logo não há justificação para uma atitude que é discriminatória e humilhante: o sangue derramado ou as deficiências contraídas não têm preço.» Em 1961 em Nova Caipemba, o então primeiro-sargento de Infantaria Joaquim Castelinho, quando a viatura em que seguia recebia fogo pelo lado esquerdo,

1975. Regressou então e continuou a dar aulas: «Dou as aulas como posso pois estou a reabilitar-me.» Lê muito, insiste em se valorizar e em humanizar uma sociedade que sente cada vez mais hostil: «Vivemos num mundo de revolta e incompreensão.»

Ao fim de 23 anos de serviço gostaria de ceder o seu lugar, mas não admite prescindir da recompensa pelo trabalho que prestou e para o qual fez todos os descontos como os demais, assim como não admite que os danos que sofreu no corpo e no espírito deixem de

José Augusto Soares, deficiente de

Graves ince

José Augusto Ribeiro Soares, 62 anos, n.º 30 da ADFA, é um exemplo de injustiça das leis portuguesas a respeito de pensões e reformas. Perdeu uma perna, durante o serviço militar por culpa dos seus superiores e durante o mesmo recebeu uma pensão que o obrigava a recorrer a amigos para se manter. Hoje é porteiro na Câmara Municipal de Lisboa. Além de eficiente na sua profissão, é um caso de simpatia que contrasta com o atendimento que o recebe muitas vezes em serviços públicos. Trabalha há 40 anos. Agora obrigam-no a optar: ou fica com a indemnização que o Estado lhe paga mensalmente pela amputação que

abandonar o serviço? falta para ser pensão?» A história é longa. Soares, natural de Vila Rica, cumpria serviço no Regimento de Artilharia em 1953, quando foi promovido a motorista. Foi numa vara, o caldeiro da caldeira, que os tamancos que tinham gordura do porco caiu, o caldeiro esmagando-o e queimando-lhe o membro. Uma excepção do

A HORA DOS JUSTOS

HÁ SEMPRE UM DIA EM QUE DESEJAMOS ARDENTEMENTE QUE NOS FOSSE FEITA JUSTIÇA. EQUILIBRADA UMA DESIGUALDADE, REPOSTA A VERDADE, ETC. TANTA É A NOSSA SEDE DE JUSTIÇA, QUE OS RESPONSÁVEIS SE DERAM À TROBALHA DE CRIAR INSTITUIÇÕES QUE TÊM A SEU CARGO GARANTIR QUE O QUE NOS FÔR TIRADO E NOS FALTA, SERÁ DEVOLVIDO, COM JUROS, ... NUM OUTRO MUNDO!!

A HISTÓRIA QUE SE SEGUE ACONTECE NUM MUNDO IMAGINÁRIO.

NÃO COMEÇA POR: - ERA UMA VEZ! NA VERDADE FORAM TANTAS VEZES QUE NEM VALIA A PENA CONTAR A HISTÓRIA. MAS, CONTAREMOS!

QUILQUER SEMELHANÇA COM QUALQUER REALIDADE CONHECIDA, É DE PROPOSITO NÃO É COINCIDÊNCIA! NOS NÃO INVENTAMOS NADA!

É POIS NESTE TRIBUNAL IMAGINÁRIO QUE DECORRE A NOSSA HISTÓRIA...

FALAI

AI ESTÁ! ONDE ACABA... ONDE COMEÇA A HISTÓRIA DA NOSSA VIDA?

FUI MANDADO PARA A GUERRA!

P'RA ONDE??

P'RA GUERRA GUERRA

...DEPOIS

CHAMA UM HELIO!

TEMOS UM REFORMADO

...AGORA

...PASSEI POR VÁRIAS OPERAÇÕES. MUITOS HOSPITAIS. FORAM ANOS DE DOR...

O TRABALHO FOI SEMPRE UMA COMPONENTE FUNDAMENTAL DA MINHA REINTEGRAÇÃO SOCIAL.

O ESTADO, COMO É LÓGICO, PAGA-ME UMA INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS QUE SOFRI...

...PAGA MENSALMENTE.

QUEM É QUE DISSE ISSO?

ESTA É BOA!?!

A LEI!

COMO É POSSÍVEL PODER ADMITIR ENTRE O QUE...

SERÁ QUE...

VOLI SABER...

AVONTADE DE QUE FIZERA ERA DEITAR DEFICIENTE...

saltou. «Eu atirei-me loucamente. Estava louco. Vi o condutor deitado sobre o volante e corri para o pé dele para lhe dar ânimo. Não esperava condecorações nem recompensas.» Teve louvores, que evita enumerar, por modéstia. Passou três anos no hospital militar. Parcialmente recuperado, voltou a Angola onde se dedicou ao Ensino até

ter qualquer compensação passados estes anos e seja sujeito ao mesmo tratamento de qualquer outro funcionário. De vez em quando, vêmo-lo na sede da ADFA: «É um ambiente favorável estar em contacto com quem se encontra na mesma situação ou ainda pior. Temos fome e sede de justiça.»

ou, ou fica apenas com a reforma de qualquer outro trabalhador receberia e perde, para cúmulo, a assistência médica, medicamentosa e prótesica do Ministério do Exército. Eu estou a tirar o lugar a outra pessoa mais nova, a um chefe de família», afirma José Augusto Ribeiro Soares. Mas logo se interroga: «Como posso

serviço: per fim de muita amputação. «Nem pedir «Dava para diz-nos. Mas

Em carta ao primeiro-ministro, ADFA adverte:

Apoios da CEE em risco por ausência

A respeito da necessidade de participação dos deficientes na coordenação de uma política de reabilitação a nível nacional, impossível sem a nova Lei Orgânica do Secretariado Nacional, cujo projecto o Governo tem em seu poder para aprovação há mais de dois anos, a Direcção da ADFA enviou uma carta ao primeiro-ministro, em que se aponta a urgência de aprovação dessa medida fundamental para um eficaz aproveitamento dos apoios comunitários resultantes da próxima adesão de Portugal à CEE.

Na carta ao chefe do Governo, a ADFA lembra a intransigente defesa que a ADFA sempre fez da existência em Portugal de um organismo de cúpula da Reabilitação que constitua instrumento do Governo para pôr em prática uma política nacional de Reabilitação e dê resposta aos problemas de muitos milhares de cidadãos afectados por deficiências permanentes.

É lembrado que esta posição da ADFA e de outras organizações de deficientes mereceu a aquiescência do Governo presidido pelo chefe do actual Executivo, que criou, em Agosto de 1977, o Secretariado Nacional de Reabilitação, materializando assim uma velha esperança dos deficientes portugueses, que viram dessa forma reconhecido o direito a participar de corpo inteiro

no planeamento e definição das políticas de reabilitação e integração socioprofissional. E ainda lembrado que a criação do SNR, em 1977, colocou Portugal numa posição de vanguarda quanto ao papel que os deficientes devem desempenhar na sociedade em que se encontram inseridos, antecipando-se de algum modo aos princípios definidos pelas Nações Unidas para a Década dos Deficientes. Recordar-se depois que a publicação do Decreto-Lei 395/82 alterou profundamente os objectivos e funcionamento do SNR, repondo a filosofia reinante até 1977 e voltando a negar o direito dos deficientes à total participação e igualdade. A ADFA reagiu energeticamente contra a reposição dessa prática cadu-

lembra ainda a carta de José Augusto Soares, tendo a posição tido eco na própria Assembleia da República, onde o assunto foi discutido e baixou à comissão parlamentar especializada nesta área. A ADFA recorda em seguida as promessas do Partido Socialista aquando do processo eleitoral de 1983, ao afirmar que iria retomar a política definida pelo Dec.-Lei 395/77 bom como promover o desenvolvimento e perfeição das Leis de Reabilitação e Integração social dos deficientes» e os compromissos constantes do programa do actual Governo, que explicitamente comprometeu a «ouvir em conta as propostas das associações de deficientes através do Secretariado Nacional de Reabilitação na definição de políticas e na tomada

de acções que lhes dessem respeito», «tentar estruturar uma só política de reabilitação globalizada e coerente, ordenando as diversas políticas sectoriais desprovidas de uma visão global», «orientar globalmente a política de reabilitação no sentido da plena integração social dos deficientes» das Forças Armadas, em diálogo com estes». São depois lembradas as palavras do ministro de Estado Almeida Santos no acto de posse do novo Secretário Nacional de Reabilitação, ao afirmar que seria necessário «dotar o SNR de uma nova estrutura orgânica que lhe permita, com o indispensável apoio do Governo, uma acção descentralizada, facultando-lhe os necessários meios de articulação com o Poder Local».

é Augusto Soares, deficiente de serviço

Graves incertezas após uma vida de luta

Augusto Ribeiro Soares, 62 anos, n.º 30 da ADFA, é um exemplo da injustiça das leis portuguesas a respeito de pensões e reformas. Perdeu a perna, durante o serviço militar por culpa dos seus superiores e durante a guerra recebeu uma pensão que o obrigava a recorrer a amigos para se manter. Hoje é porteiro na Câmara Municipal de Lisboa. Além de eficiente na profissão, é um caso de simpatia em contraste com o atendimento que o recebe muitas vezes em serviços públicos. Trabalha há 40 anos. Agora tem-no a optar: ou fica com a indemnização que o Estado lhe paga mensalmente pela amputação que

abandonar o meu emprego se me faz falta para sobreviver e me recusam uma pensão?»

A história é longa. O nosso camarada Soares, natural de Cinfães do Douro cumpria serviço militar obrigatório no Regimento de Cavalaria 7, na Ajuda, em 1953, quando a unidade foi motorizada. Ao transportar, a ombro, numa vara, com outro camarada, um caldeiro da cozinha para a copa, um dos tamancos que calçava escorregou na bordura do pavimento, Ribeiro Soares caiu, o caldeirão entornou-se sobre ele, esmagando-lhe uma perna e deixando-lhe queimaduras por todo o corpo com excepção do rosto. Acidente em

hipóteses de pedir nem de roubar. Sou da aldeia, não tinha sido ensinado nem a uma coisa nem a outra. A única coisa que podia era passar fome».

Passou fome e não foi pouca, segundo nos diz, comovido. Até que, através de amigos, conseguiu um emprego na Manutenção Militar, onde foi ganhar 200 escudos por quinzena. E essa relativa tranquilidade não durou muito, pois um superior acabou por fazer queixa de que ele recebia uma pensão por deficiência em serviço. Perdeu o emprego e foi-lhe descontada a pensão recebida enquanto trabalhou.



igual», mantendo igualmente a sua indemnização por inteiro.

Ribeiro Soares mostra-nos a sua folha de vencimento da CML: auferir 24 700 escudos. Desconta obrigatoriamente para a Caixa de Previdência da CML, para a Caixa de Aposentações, para a ADSE, para o Montepio, além do Imposto de Selo. Desconta para quê?

Recorrer à esmola

«Se ficar com a pensão militar perdendo esta tenho que ir para a esmola, se ficar com a outra, para a esmola tenho que ir», lamenta, lembrando ainda que se optasse pela aposentação civil perderia ainda o direito à assistência médica e medicamentosa militar e passaria a ter de pagar as próteses.

E, se optasse pela reforma da Função Pública quem lhe pagaria as dificuldades em se movimentar ou subir escadas, as dores que vêm regularmente sempre que há «mudança de tempo», que o obrigam a morder os lençóis e a tomar supositórios atrás de supositórios? E como poderia pagar medicamentos e novas próteses com uma parca reforma, que mal chegaria para os 12 comprimidos diários de que a esposa, deficiente em cadeira de rodas, necessita.

Ribeiro Soares não pretende uma situação de excepção. Ele concorda que «qualquer indivíduo que se reforma do Estado e depois volta a empregar-se no Estado não deve poder acumular duas reformas. Mas o seu caso é diferente». Ou devolvem-lhe a perna e acabam-lhe com as dores?

«Fiquei na miséria, sem um centavo. Voltei a viver de recados que fazia.» Foram quase três anos nessa situação.

Mais uma vez os amigos não o abandonaram e arranjaram-lhe um emprego na Escola do Exército. Foi ganhar 300 escudos por mês, mas, como afirma, «sempre andava de barriguinha cheia». A sua situação económica era tal que «foram os oficiais da Escola do Exército que tiveram de comprar uma mala para pôr as minhas roupas, pois eu não tinha um tostão».

Salário desigual para trabalho igual

Em 1953 consegue uma situação melhor: um emprego de guarda na Câmara Municipal de Lisboa. «É um trabalho que me honra, pois não gosto de ser um peso para a Nação. E não posso deixar que uma pessoa válida faça melhor que eu.»

Embora não fizesse parte do quadro de pessoal da CML «todos os anos tinha de fazer um requerimento para poder trabalhar».

Depois do 25 de Abril, a sua pensão foi actualizada e, mais ou menos pela mesma altura, foi admitido no quadro da CML. Mas passou a receber apenas dois terços do ordenado, embora trabalhasse tanto como os demais.

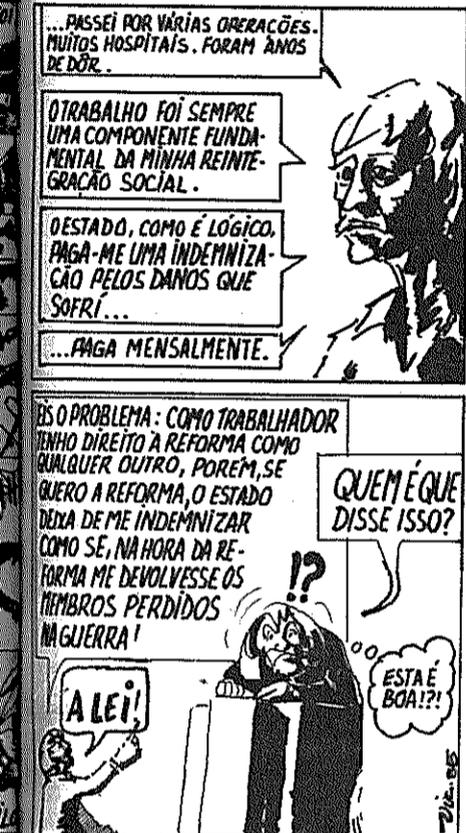
Fez requerimentos a todos os Governos de então. Só em 1981 viu reconhecido o direito a «trabalho igual para salário



serviço: pensão de 131\$60 mensais, ao fim de muitas dores e de uma amputação. Tinha 20 anos.

«Nem pedir, nem roubar»

«Dava para tomar a carcacita e o café», diz-nos. Mas Ribeiro Soares «não tinha



ou, ou fica apenas com a reforma qualquer outro trabalhador seria e perde, para cúmulo, a assistência médica, medicamentosa e jurídica do Ministério do Exército. Estou a tirar o lugar a outra pessoa nova, a um chefe de família», diz José Augusto Ribeiro Soares. Logo se interroga: «Como posso

so por ausência de política de reabilitação

embra ainda a carta a Augusto Soares, tendo a posição tido eco na Assembleia da República, onde o assunto foi discutido e baixou à comissão parlamentar especializada nesta área. A ADFA recorda em todas as promessas do Partido Socialista aquando do processo eleitoral de 1983, ao afirmar que retomará a política iniciada pelo Dec.-Lei 177 bom como promotora do desenvolvimento e emprego das pessoas com deficiência de Reabilitação e Integração social dos deficientes» e os compromissos constantes do programa do actual Governo que explicitamente se comprometeu a «ouvir em conta as propostas das associações de deficientes através do Conselho Nacional de Reabilitação e Integração social e na tomada

de acções que lhes disserem respeito», «tentar estruturar uma só política de reabilitação globalizada e coerente, ordenando as diversas políticas sectoriais desprovidas de uma visão global», «orientar globalmente a política de reabilitação no sentido da plena integração social dos deficientes» das Forças Armadas, em diálogo com estes».

São depois lembradas as palavras do ministro de Estado Almeida Santos no acto de posse do novo Secretário Nacional de Reabilitação, ao afirmar que seria necessário «dotar o SNR de uma nova estrutura orgânica que lhe permita, com o indispensável apoio do Governo, uma acção descentralizada, facultando-lhe os necessários meios de articulação com o Poder Local».

A carta recorda depois a colaboração activa que a ADFA deu à preparação do projecto de nova Lei Orgânica e que este foi dado por concluído em 29 de Junho de 1984 e remetido ao Governo para aprovação.

São ainda lembradas as palavras do ministro de Estado Almeida Santos no encerramento do 15.º Congresso da Reabilitação Internacional: «Inscrevemos como dever fundamental do Estado a reabilitação e integração dos deficientes bem como de uma pedagogia de sensibilização da sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles» (...) «o que é do cidadão é do deficiente, sejam direitos, sejam deveres» (...).

A carta da ADFA denuncia que após tão belas palavras a acção do

Governo se tenha ficado pela inoperância pura e simples e adverte que ao não aprovar a nova Lei Orgânica do SNR o Governo português prescindiu do seu instrumento privilegiado para a prossecução de uma política nacional de reabilitação dando assim aval a políticas sem planeamento que na maioria dos casos são alheias aos reais interesses dos deficientes.

Levanta-se por último a questão do usufruto por Portugal dos apoios comunitários da CEE se continuarmos sem um organismo de planeamento capaz de apresentar projectos de incidência nacional na área da reabilitação e reintegração socioprofissional dos deficientes.

Na verdade é convicção da ADFA que sem haver a curto prazo von-

tade política para a aprovação da nova Lei Orgânica do SNR, o nosso país não vai poder aproveitar eficazmente os apoios comunitários nesta área.

Por tudo isto, a carta

enviada ao primeiro-ministro conclui exigindo a intervenção do chefe do Governo por forma a repor as esperanças criadas e dar satisfação às promessas não cumpridas.

Ciclo de debates sobre os problemas do deficiente militar

Em reuniões mensais na Sede vamos debater os nossos problemas.

A ADFA vai promover, a partir de Setembro, na Sede, um ciclo de debates sobre os problemas que afectam o deficiente das Forças Armadas, em reuniões informais de sócios com periodicidade mensal.

A primeira reunião realiza-se no próximo dia 20 de Setembro, pelas 21.00 horas, e terá a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Informações
- 2 — Acumulação da Pensão com a Reforma para os trabalhadores da Função

Pública e questões da acumulação do vencimento com a Pensão.

Embora esta discussão possa ter a ver essencialmente com os nossos associados que trabalham na Função Pública, devido à legislação ainda em vigor, poderá vir a abranger outros associados pelo que poderão estar presentes outros sócios que não tenham a ver directamente com esta matéria.

Em todas as reuniões, que poderão vir a ser realizadas ao sábado, serão oportunamente discutidos vários assuntos que terão a ver com todos nós. Participa.

A atitude do homem medieval pe

Armindo Roque

Pretendemos com este trabalho fazer uma tentativa para a compreensão da mentalidade do homem medieval perante a doença. Analisamos particularmente, como exemplo muito significativo, a lepra, em que se aliam a doença à deficiência motora e a mutilação do corpo.

Temos como objectivo dar um contributo para a compreensão de como, ainda hoje, apesar de todas as evoluções técnicas e científicas, o homem continua preso a ideias e pressupostos que tiveram grande aceitação na Idade Média e continuam através dos séculos a ter a sua influência profundamente negativa para com os doentes e deficientes.

Tivemos de optar por dar algumas informações muito específicas e pontuais sobre esta doença que, num primeiro momento, podem parecer descabidas num trabalho sobre cultura e mentalidades mas que são indispensáveis à compreensão destas, pois sem uma noção clara das características da doença e da sua evolução assim como da forma como os doentes eram tratados na prática, o trabalho resultaria estéril e sem significado.

A Lepra; doença remota

Há quem veja no «Poema de Gilgamesh» o primeiro documento em que é referida a lepra. Enkidu, teria morrido leproso e, Gilgamesh, procuraria a planta da cura da lepra e não da eternidade. Esta cura poder-se-ia operar de duas formas: ou com a planta ou com os poderes de uma água divina. Seja como for, o que aqui interessa realçar é o facto de na Mesopotâmia, como aliás em toda a medicina primitiva, esta ser essencialmente religiosa, considerando-se a doença como uma punição infligida pelos deuses ao pecador, operando-se esta pela introdução de demónios no interior do corpo humano. Para se recuperar a saúde, é necessário proceder-se a uma purificação, através de rituais sagrados. Estes ritos são, de uma maneira geral, realizados com as águas de uma fonte sagrada ou rio (água doce), com sangue humano ou de animais, e com óleos. Resumindo, o doente é um pecador e a doença o castigo dos seus pecados.

A Bíblia estigmatizou a doença da lepra como uma das mais horripilantes e temíveis, os seus efeitos macabros, destruidores e mutilantes irão marcá-la para sempre e os seus portadores serão vistos como párias asquerosos e abomináveis, mortos para o mundo — «sis mortuus mundi».

Zaraat, ou Çará-ath, era a forma como — segundo muitas opiniões — esta doença era designada na Bíblia. Poderia, no entanto, significar outras doenças, se é que não tinha apenas o significado de impureza da alma, pecado ou doença moral. De facto, esta palavra aplicava-se também a animais e plantas, quando esta doença só ocorre nos seres humanos.

Em 250 a.C., Tolomeu Filadelfo, trouxe ao Egipto setenta sábios hebreus para traduzirem a Bíblia para o grego. Estes traduziram o termo hebraico Zarat, por lepra, que no século XIX viria a ser designado por doença de Hansen.

O espírito sacramental da Bíblia transcenderá o leproso e estigmatizá-lo-à como um doente à parte; a nossa sociedade, essencialmente judaico-cristã, será na Idade Média bastante influenciada por este misticismo bíblico e as suas repercussões far-se-ão sentir até aos nossos dias. As leis acerca da praga da lepra são minuciosamente referenciadas nesta obra (Lev. 13, 1-44). Dirigindo-se a Moisés e a Aarão, o Senhor disse: «O homem quando na pele da sua car-

ne houver inchação, ou pústula, ou empola branca, que estiver na pele da sua carne como praga da lepra, então será levado a Aarão o sacerdote, ou a um dos seus filhos sacerdotes...» Descrevem-se depois os vários exames a que o doente é submetido e, quando os testes são positivos, decide-se: «Leproso é aquele homem, imundo está, o sacerdote o declarará, totalmente, por imundo, na sua cabeça tem a sua praga.»; mais adiante continua «Todos os dias em que a praga estiver nele, será imundo; imundo está; habitará só; a sua habitação

para provar o seu poder divino, foi transformá-lo em leproso, (... mete agora a tua mão no teu seio. E, tirando-a, eis que estava leprosa, branca como a neve.» (Exodo 4, 5-7). Também Miriam, irmã de Moisés, foi tornada leprosa por ter sido orgulhosa ao falar contra seu irmão (Dt. 24, 8-9).

GAFARIAS: sua difusão na Europa

A lepra progrediu de forma paralela à civilização, de Oriente para Ocidente. Proveniente da Ásia, passou à Europa e daqui foi levada,

No Concílio de Orleans foi feita uma intervenção em favor dos leprosos. Em Chalon-sur-Seine, Vescovo Sant'Agostino (535-583) mandou construir uma gafaria à porta da cidade.

No Concílio de Leão, em 583, os leprosos foram proibidos de andar de cidade em cidade, para não difundirem o mal. Foi ainda decidido que os leprosos deviam ser separados dos homens como se fossem mortos, em 789, uma capitular de Carlos Magno renova a disposição canónica.

Admite-se que no sec. X a lepra estivesse muito difun-



Como as cidades acolhiam os doentes com lepra.

(Século XII)

(O porteiro faz sinal para não entrarem).

será fora do arraial. A partir daqui, a imagem do leproso aparece em todo o seu horror, cristalizando-se ao longo dos séculos a mentalidade que se terá desta doença. De notar que não é dada nenhuma referência para a cura da doença, mas apenas para a sua purificação depois de curada. Essa purificação é feita com sangue de animais, que simboliza a vida e com azeite, que simboliza a luz. O azeite será posto «em cima do sangue da expiação da culpa» (Lev. 14, 17).

A lepra será provavelmente originária da China e Índia. Na China há alusões a esta doença 2000 a.C. No Egipto, um papiro da época de Sétí I, 1300 a.C., existente no Museu de Berlim, dá como existente a lepra sob o nome de «Uxedu». As provas arqueológicas de existência de lepra no tempo bíblico, são mudas. Mas a lepra está suficientemente desenvolvida no Egipto, no séc. I a.C., a ponto de — a crer em Lucrécio — ele ser considerado o principal foco de infecção. Seja como for, a lepra é de tal forma aterradora no tempo de Moisés que, segundo a Bíblia, quando Deus lhe apareceu, um dos argumentos que utilizou

pelos descobridores portugueses e espanhóis, para a América.

Aurelio Cornelio Celso, cerca dos anos 30 d.C., diz que a lepra é quase ignorada em Itália mas muito frequente noutras regiões. A essa doença os gregos chamavam «elephantiasis». Muitos autores acusam Pompeu de, nas suas arremetidas pelo Oriente, ter de lá trazido a lepra mas, segundo Lucrécio, «a lepra é originária do Egipto e não existe em nenhuma outra parte» (sic). No sec. II, Plutarco assinala a sua presença em Roma.

Há um mosaico em que figura o imperador Constantino, onde se lê a seguinte legenda: «Rex Constantinus leprosus uirque benignus est factus sanus sacro baptis mate tactus.» O Rei Constantino leproso e homem benévolo ficou são em contacto do sagrado baptismo). A realidade é no entanto outra, Constantino nunca se curou da lepra; só se fez baptizar no leito de morte.

A Grécia foi a primeira a ser contagiada pela lepra devida à sua proximidade do Oriente, tendo-se seguido a Itália e a França que parece ter sido a mais seriamente atingida pelo flagelo.

da Inglaterra, Escócia e Irlanda, a partir de onde foram afectados os países escandinavos, particularmente a Noruega e a Dinamarca.

Os lombardos contaram com grande número de leprosos, tendo Rotário promulgado, em 633 e 652, o Édito do Leproso, definindo este que: seria o doente expulso de sua casa; obrigado a ficar só; considerado como morto, não terá sequer o direito de alienar os seus bens, podendo, enquanto viver, servir-se deles para se alimentar. O Papa Estevão II ameaçou Carlos Magno de excomunhão se desposasse uma princesa lombarda a fim de «não misturar o sangue puro dos francos com o dos leprosos lombardos», é claro que este foi um meio subtil que o Papa utilizou para tentar impedir um aliança entre francos e lombardos mas, é bem significativo do peso negativo que a doença tinha sobre as mentalidades da época.

Se bem que a lepra se tenha feito sentir desde há muitos séculos, foram as cruzadas as principais responsáveis pela sua maior difusão na Europa, tendo atingido o seu apogeu no séc. XIII, altura em que existiam no mundo cristianizado 19 000 gafarias. Esta doença dominou a Europa, sob a forma de flagelo, durante 1500 anos.

autoridades eclesíasticas...».

Atitudes mentais perante a lepra

A lepra é uma doença parasitária, apenas transmissível ao homem, e cada pelo bacilo de Hansen. Em 1871, um investigador norueguês, Armauer sen, conseguiu revelar lesões leprosas e os agentes ficando estes conhecidos como micobactéria de Hansen ou crobacterium leprae, bactéria semelhante à tuberculose mas mais resistente. É uma doença contagiosa fracamente infectiva, à dos 6%. A imunidade dos adultos é maior do que das crianças.

Alguns dos sintomas peculiares da lepra, e os distúrbios anéstésicos provocados só foram conhecidos no século XII. No século XIII os sintomas da doença começaram a ser melhor conhecidos. Desde sempre o isolamento dos hansenianos, e até aos nossos dias, tem sido o exclusivo meio de profilaxia. Actualmente, há movimentos que se levantam contra este método que preferem considerá-lo como obsoluto, desnecessário e, até, traproducente. A defesa do isolamento dos doentes para debelar a doença infaticamente defendido, mando como comparação os brilhantes e decisivos resultados com ele obtidos na Europa, durante a Idade Média. Só em 1941 o método começou a ser conhecido e terapêutica verdadeira e eficaz, com o ensaio em primeira mão por get, na América do Norte.

Existem duas formas de tintas de lepra, uma tuberculóide, outra ligna, lepromatosa. Na última os germes vão multiplicando em grande número, lenta mas progressivamente, a pele vai engrossando, às vezes de forma nodular o que é raramente visível nos olhos. As feições vão ficando e o doente adquire feições leoninas que horror e repulência causam a quem as observe. Com o evoluir da doença caí-belo, as pestanas, o doente tende a sumir-se e a torna-se roufenha.

O aspecto horrível e repulso dos leprosos viria a ser utilizado por Dante, na «Comédia», como personagem de duas das infernais figuras.

Piedade e rejeição: contraste na lepra

Piedade e rejeição são duas atitudes que andam par uma com a outra, e tem piedade por outro lado, feita-o. Esta é uma atitude moral bem alicerçada na nossa sociedade; a piedade é um negócio em que ofertante compra as doações que irá usufruir no paraíso, mas, por outro lado, quer prescindir daquilo que já goza neste mundo, daí que a mentalidade da Idade Média seja a de dar para diminuir um dos males que os doentes sofrem neste mundo. Criam mecanismos de forma que não seja po-

As Gafarias em Portugal

Em Portugal a doença já existia ao fundar-se a nacionalidade. Desejáv-la a alguém era o mesmo que rogar-lhe uma grande praga, conforme consta de uma doação feita por D. Teresa a Garcia Garces em 1128.

O terceiro rei de Portugal, D. Afonso II, era leproso e desta doença morreu com apenas 37 anos de idade.

Em Portugal, no séc. XIII, existiam apenas 70 gafarias, uma das quais, a de S. Lázaro em Lisboa, já existia à data da fundação do reino. A gafaria de Lafões — muito célebre pelas suas águas sulfurosas — e a de Santarém, foram mandadas construir por D. Afonso Henriques e a de Coimbra por D. Sancho II, conforme original de 1210, existente na Torre do Tombo.

A vida nas gafarias seria provavelmente melhor que a que os doentes levavam fora delas. A provável está o peso que tinha a pena de expulsão, considerada a mais grave que se podia tomar. Por outro lado, 70 gafarias devia ser um número reduzido para albergar todos os gafos, se tomarmos em linha de conta que a gafaria de S. Lázaro em Lisboa tinha, capacidade para apenas 60 doentes. Grande número de gafos deslocavam-se de um lado para o outro, pedindo esmola, a tal ponto que os gafos de um certo local procuravam impedir que outros pedintes, oriundos de outras localidades, lhes viessem fazer concorrência e isto assumiu tais proporções que o rei D. Pedro se viu obrigado a intervir:

«sabeis que os gafos lazaros andantes ao mundo que nos ham raçam nas gafarias me enujaram dizer que quando chegam algúas vezes a cidade de lizboa ou a santarem ou a outros lugares do meu senhorio que os outros gafos que ham raçoões e som vizinhos nos outros lugares os nom querem colher entre ssy E que outrossy os nom leixam pedir as esmollas por deus em que se man/tenham E que por a dicta razam elles e aquelles que som seus procuradores lhes dam pancadas e feridas e os lançam fora das dictas villas e lugares... porque vos mando que lhes leixees pedir suas esmolas em que se manteham per as dictas villas e lugares de todo o meu senhorio enquanto mjnha mercee for vnde al nom façades»

Havia muitas doações às gafarias e estas dispunham de uma certa comodidade se as compararmos com a pobreza geral da época. Tinham alimento, hortas, pomar, jardim e habitações.

As gafarias podiam ser de três tipos: da igreja, do rei ou municipais. A gafaria de S. Lázaro em Lisboa, era de tipo municipal ou seja, segundo Silva Carvalho «sob a direcção da Coroa e a administração do Senado e sem a menor ingerência das

al perante o

autoridades eclesias-
ticas...».

Atitudes mentais perante a lepra

A lepra é uma doença parasitária, apenas transmissível ao homem, provocada pelo bacilo de Hansen. Em 1871, um investigador norueguês, Armauer Hansen, conseguiu revelar as lesões leprosas e os seus agentes ficando estes a ser conhecidos como micro-bactéria de Hansen ou *Mycobacterium leprae*, uma bactéria semelhante à da tuberculose mas mais fraca. É uma doença contagiosa, fracamente infectiva, à roda dos 6%. A imunidade nos adultos é maior do que nas crianças.

Alguns dos sintomas mais peculiares da lepra, como os distúrbios anestésicos provocados só foram conhecidos no século XII. No século XIII os sintomas da doença começaram a ser melhor conhecidos. Desde sempre o isolamento de hansenianos, e até aos nossos dias, tem sido o quase exclusivo meio de profilaxia. Actualmente, há movimentos que se levantam contra este método que pretendem considerá-lo como obsoleto, desnecessário e, até, contraproducente. A defesa do isolamento dos doentes, para debelar a doença, era infaticamente defendido tornando como comparação os brilhantes e decisivos resultados com ele obtidos na Europa, durante a Idade Média. Só em 1941 começou a ser conhecida uma terapêutica verdadeiramente eficaz, com o ensaio feito em primeira mão por Faget, na América do Norte.

Existem duas formas distintas de lepra, uma benigna, tuberculóide, outra maligna, lepromatosa. Nesta última os germes vão-se multiplicando em grande número, lenta mas progressivamente, a pele vai engrossando, às vezes de uma forma nodular o que é nitidamente visível nos olhos e na cara. As feições vão retorcendo e o doente adquire as feições leoninas que tanto horror e repelência causam a quem os observe. Com o evoluir da doença cai o cabelo, as pestanas, o nariz tende a sumir-se e a voz torna-se roufenha.

O aspecto horrível e pavoroso dos leprosos viria a ser utilizado por Dantê, na «Divina Comédia», como personagem de duas das suas infernais figuras.

Piedade e rejeição: contraste na relação

Piedade e rejeição são duas atitudes que andam sempre par uma com a outra; quem tem piedade por outrém, rejeita-o. Esta é uma atitude moral bem alicerçada na nossa sociedade; a piedade é um negócio em que o ofertante compra as delícias que irá usufruir no paraíso, mas, por outro lado, ele não quer prescindir daqueles que já goza neste mundo, daí que a mentalidade da Idade Média seja a de ofertar para diminuir um pouco os males que os desgraçados sofrem neste mundo. Criam mecanismos de tal forma que não seja possível

o contacto físico nem afectivo entre uns e outros e o leproso é assim objecto da mais violenta rejeição.

O texto que a seguir se transcreve é bem elucidativo do estilo de preocupações com que no princípio da Idade Média se debruçavam os clérigos da Igreja



Doente da lepra com a indumentária que antigamente lhe era obrigatória

Católica, como é o caso de S. Gregório de Nazianze (330-390).

«A todos os pobres e a todos os que sofrem, é preciso abrir o nosso coração. Mas daqueles que têm um direito muito especial à piedade são os doentes atingidos pela lepra e corroídos até aos ossos e à medula.

Sob os nossos olhos desenrola-se um espectáculo terrível e lastimoso incrível para quem o não conheça: homens transformados cadáveres em vida, mutilados em várias partes do seu corpo, de tal maneira que já não sabemos mais quem eles são. Para se fazerem reconhecer, eles citam o nome do seu pai, da sua mãe, do seu irmão, do lugar onde eles habitavam; eles dizem-nos: «Eu sou filho dum tal; uma tal é minha mãe; o meu nome é tal; tu foste outrora meu amigo e meu familiar.»

Tal é a sua linguagem, porque eles já não se podem fazer reconhecer pelos traços do que outrora fora a sua cara. Corroídos pelo mal, eles perderam a sua fortuna, os seus parentes, mesmo os seus corpos. Eles são os únicos homens que têm por eles ao mesmo tempo piedade e aversão: eles não sabem se devem gemer sobre o que lhes falta no seu corpo ou sobre o que lhes resta, sobre o que a doença devorou ou sobre o que deverá ser destruído por ela. Uma parte deles, mesmos foi-se antes para a sepultura, a outra parte não terá ninguém para lhe dar sepultura.

As pessoas mais bondosas e mais caridosas são em relação a eles totalmente insensíveis. E a propósito deles somente, nós nos esquecemos que somos de carne e que somos rodeados por um corpo miserável. Nós estamos muito longe de ter em atenção esses homens que são da nossa raça, fugir-lhes parece-nos uma segurança para os nossos corpos. Mais do que um entre nós aproxima-se na ocasião de um cadáver

ante a doença e a deficiência



o contacto físico nem afectivo entre uns e outros e o leproso é assim objecto da mais violenta rejeição.

O texto que a seguir se transcreve é bem elucidativo do estilo de preocupações com que no princípio da Idade Média se debruçavam os clérigos da Igreja



Doente da lepra com a indumentária que antigamente lhe era obrigatória

Católica, como é o caso de S. Gregório de Nazianco (330-390).

«A todos os pobres e a todos os que sofrem, é preciso abrir o nosso coração. Mas daqueles que têm um direito muito especial à piedade são os doentes atingidos pela lepra e corroídos até aos ossos e à medula.

Sob os nossos olhos desenrola-se um espectáculo terrível e lastimoso incrível para quem o não conhece: homens transformados em cadáveres em vida, mutilados em várias partes do seu corpo, de tal maneira que já não sabemos mais quem eles são. Para se fazerem reconhecer, eles citam o nome do seu pai, da sua mãe, do seu irmão, do lugar onde eles habitavam; eles dizem-nos: «Eu sou filho dum tal; uma tal é minha mãe; o meu nome é tal; tu foste outrora meu amigo e meu familiar.»

Tal é a sua linguagem, porque eles já não se podem fazer reconhecer pelos traços do que outrora fora a sua cara. Corroídos pelo mal, eles perderam a sua fortuna, os seus parentes, mesmo os seus corpos. Eles são os únicos homens que têm por eles ao mesmo tempo piedade e aversão: eles não sabem se devem gemer sobre o que lhes falta no seu corpo ou sobre o que lhes resta, sobre o que a doença devorou ou sobre o que deverá ser destruído por ela. Uma parte deles mesmos foi-se antes para a sepultura, a outra parte não terá ninguém para lhe dar sepultura.

As pessoas mais bondosas e mais caridosas são em relação a eles totalmente insensíveis. E a propósito deles somente, nós nos esquecemos que somos de carne e que somos rodeados por um corpo miserável. Nós estamos muito longe de ter em atenção esses homens que são da nossa raça, fugir-lhes parece-nos uma segurança para os nossos corpos. Mais do que um entre nós aproxima-se na ocasião de um cadáver

mesmo se ele cheira mal; mais de um suporta o odor de um animal morto ou ainda aceita atolar-se na lama; mas deles fugimos com todas as nossas forças — ah! que insensibilidade — e nós indignamo-nos quase de respirar o mesmo ar! Quem é mais generoso que um pai? Quem pois é mais compadecido do que uma mãe? Mas bem! Para os leprosos, a natureza fecha-se. O pai lamentando-se muito do filho que ele engendrou, que ele criou, em que ele acreditou ter como o olhar de toda a sua vida e por quem ele endereçou a Deus múltiplas orações, apanhou-o ao mesmo tempo livremente e contra vontade. A mãe lembra-se das dores que suportou pelo seu filho e, com o coração esfacelado, ela chora-o vivamente como se ele estivesse morto! Ela quer abraçar o seu filho, o desgraçado, mas ela tem medo da carne do seu filho como de um inimigo. Aceita-se viver com um assassino, recebe-se um adúltero em casa, admitem-no mesmo à sua mesa, fazem sociedade com um sacrílego, ligam-se de amizade com aqueles que lhes fizeram mal; mas afastam-se de alguém que não vos fez mal nenhum, somente por causa da sua doença como se isso fosse um crime. Assim o vício é em certa medida melhor que a doença. Interditam as cidades aos leprosos, interditam-lhes as casas, a praça pública, os caminhos, as festas, os banquetes, e — oh calamidade! mesmo a água. Que iremos nós então fazer, nós que recebemos um quinhão do grande nome, o nome novo, o nome que nos vem de Cristo, nós que somos os discípulos de Cristo doce e bom, o Cristo que transportou as nossas doenças? Quais serão os nossos pensamentos e as nossas atitudes em face destes doentes?»

No meio de toda esta incoerência, a lepra tem os seus santos, os seus heróis, os seus cavaleiros. Surgem algumas figuras que assumem a piedade como um acto de amor e disponibilidade total para com o seu semelhante pobre e doente, tal é o caso de S. Francisco de Assis. Francisco era filho de um rico mercador de Assis, entusiasta das ideias da cavalaria e das belas festas, o simples odor que exalava de uma gafaria tolhia-o de repugnância e desviava-se por isso dos caminhos que passavam perto de uma delas. Certo dia, viajando de cavalo, este empina-se perante a presença de um leproso, num primeiro momento Francisco puxa as rédeas impulsivamente fugindo dessa presença pavorosa mas, em seguida, desce da montada e dá-lhe todo o dinheiro que trazia consigo, funcionava o seu instinto de culpa perante a desgraça, dá-se então no seu interior uma mudança; beija a mão mal cheirosa do doente e o seu coração exulta de alegria, tinha passado o obstáculo que separa a simples piedade-rejeição do amor verdadeiro e desinteressado. O exemplo de S. Francisco de Assis terá milhares de seguidores, mas estes casos podem-se no entanto

considerar como excepção à regra geral. Um outro caso a salientar é o do Rei de França, Luís IX, S. Luís como é mais conhecido. Este homem, capaz de mandar torturar heréticos ou de queimá-los vivos para que fizessem uma confissão pública de culpa, era também capaz de tratar com suas mãos as doenças dos leprosos. É de facto espantoso este mundo medieval, cheio de exaltações, em que os homens são capazes das maiores barbaridades, por outro lado praticam os mais piedosos actos.

Apesar de tudo, a rejeição era o aspecto fundamental da atitude do homem medieval perante o leproso, a barbárie da época reflectia-se em algumas disposições, como a que ordenava queimar viva a mulher leprosa que tivesse engravidado depois da sequestração, tais práticas chegaram a ter lugar em França em 1321. Os leprosos eram muitas vezes condenados a ser queimados vivos — *combustum leprosum* — segundo Burnet só no ano de 1321 foram queimados milhares deles.

Assim que se reconhecia que um indivíduo era portador de lepra procedia-se imediatamente à sua separação do mundo dos sãos através de um acto cerimonioso. O leproso, ajoelhado perante um altar coberto por um pano preto e com a cabeça coberta por um lenço



igualmente preto, ouvia missa. O padre lançava-lhe três pás de terra para cima dizendo-lhe: «meu amigo este é o sinal de que morreste para o mundo» e acrescentava como consolação «Vivos iterum Deo». Em alguns lugares levava-se o cerimonial ao ponto macabro de o meterem dentro de uma cova e deitarem-lhe três pás de terra para cima; em seguida o sacerdote detalhava as proibições: «Eu te proibo de entrares na igreja, mercado, moinhos, fornos públicos e em toda a companhia ou assembleia de gentes; eu te proibo de lavares as mãos e as outras coisas necessárias, em fontes, arroios e se quizeres beber tomarás água no teu barril» seguem-se outras proibições de que apenas vamos destacar mais três, «Eu te proibo de teres outras companhias que a tua mulher; eu te proibo de tocares em crianças ou jovens, quaisquer que sejam, as-

sim, como bailar ou coisa análoga; eu te proibo de comer ou beber em outra companhia que não seja a dos leprosos. Em seguida era-lhe vestido o hábito que o tornaria conhecido de todos. Deviam de andar calçados e tinham de trazer uma atadura em volta da cabeça, que devia ser coberto com um chapéu de escarlatim ou capuz igual à manta ou capa, tudo de cor parda, castanha ou negra. Sobre o peito, a vermelho, punha-se um «L» ou outro distintivo como uma pata de ganso ou um coração. Seguidamente o leproso era conduzido para a sua cabana em procição, e à porta era pregada uma cruz onde se penduravam uma caixa para as esmolas.

Civilmente, de acordo com um decreto de S. Gregório, o leproso era reconhecido morto; não podia vender, nem contrair empréstimo, nem fazer testamento, nem herdar, nem estar em juízo nem ser citado.

Repulsa, bem e mal

A Idade Média tem nos seus poetas e escritores homens trespassados pela melancolia e angústia, o pessimismo é uma permanente nas suas obras, o optimismo renascentista ainda não tinha surgido, os homens rodeados de guerras e calamidades eram levados a transmitir as suas ideias com cores mais negras do que aquelas que talvez na realidade tivessem.

Relativamente aos doentes e aos aleijados é uma constante a sua compação com o mal e o demoníaco. Eustache Deschamps é um poeta característico da Idade Média, a sua poesia é cheia de tristeza, mesquinhaz e pessimismo; referindo-se às crianças que nascem aleijadas, considera que não haverá maior mal porque: «um homem aleijado é também mal formado de espírito». (1) Ainda hoje os reflexos dessa mentalidade existem; é comum muitas pessoas pressagiarem um mau dia quando de manhã vêem um deficiente, da mesma forma que o fazem quando vêem um gato negro. Em «Tristão e Isolda» podemos ver um outro exemplo da forma como os deficientes eram julgados. O rei Marcos tinha condenado sua mulher Isolda a ser queimada viva por esta o ter desonrado traindo-o com Tristão mas, no momento em que esta ia ser deitada ao fogo, um leproso pede ao rei que a entregue antes aos leprosos, tendo este concordado com tal posição perante os protestos desesperados de Isolda: «Piedade Piedade, senhor! — implorou a infeliz —; de preferência a entregar-me a essa gente, atirai-me antes sem demora para a pira! Mas Marcos impassível entregou-a a Ivã, que, cheio de uma diabólica alegria, se apoderou dela...» (2)

Hoje em dia a nossa literatura, o cinema, o teatro, a poesia continuam cheios desses personagens que são utilizados como símbolos do mal e, imperceptivelmente, ao vermos um filme,

ao lermos um romance ou um poema, ao assistirmos a uma peça de teatro vamos sendo bombardeados por esses símbolos maléficos e toda uma mentalidade é subtilmente formada ou, deformada, levando-nos a tomar atitudes que não compreendemos, porque não entendemos a razão de como tais pensamentos nos surgem à flor da pele e nos fazem ter arrepios perante algo de diferente do que é considerado normal.

Conclusão

O homem da Idade Média tinha para o doente e especificamente para com o leproso uma atitude de repulsa e rejeição. Esta rejeição é particularmente acentuada no caso da lepra pelo estigma lançado pelo «Velho Testamento» e também pelas características da própria doença. Podem-se esporadicamente deparar com atitudes mais piedosas, resultantes do exemplo de Cristo para com os pobres, os doentes e os oprimidos, tais exemplos tiveram sobre o homem medieval o efeito de atenuar um pouco o desamparo em que os doentes viviam, no entanto, este exemplo, não foi por si suficientemente forte, para que o deficiente fosse considerado um elemento igual, um irmão, antes pelo contrário, ele foi sistematicamente

marginalizado de uma forma atroz e muitas vezes desumana. É um facto que a marginalização poderia constituir a única defesa perante um mal desconhecido e que não se sabia como curar, restando somente este caminho para debelar o mal. Não é nosso objectivo julgar estes homens, mas sim compreendê-los, a fim de que hoje, possuidores de outros conhecimentos científicos, possamos combater o mal nos seus aspectos clínicos mas, sobretudo, ao nível das mentalidades. Muitas vezes o deficiente sofre mais pela forma como injustamente é tratado pela sociedade, do que pelos incómodos meramente físicos que a deficiência provoca.

(1) Johan Huizinga — «O Declínio da Idade Média».
(2) «Tristão e Isolda» — Europa-América, 1975, p. 76.

Núcleo de Cascais

A patrulha da Paz

Percorrendo um itinerário previamente assinalado, rodando por estrada poeirenta de terra batida, a pequena coluna alcançou o objectivo. Das viaturas apearam-se, contentes como jovens escuteiros, muitos senhores, que se faziam acompanhar pela família, tendo, sem excepção, algo de comum: sócios da ADFA, residentes no vasto concelho de Cascais. Sem dúvida constituíam, para quem os aguardava, um grupo de «pessoas diferentes». Não era habitual naqueles bairros pobres, junto às baterias de Alcávideche, deparar com tantos rapazes alegres, sentados em cadeiras de rodas, rodeados por crianças felizes.

encontravam-se para almoçar e trabalhar. Trabalhar por ser feriado municipal, dedicado a Santo António que até é oficial de Artilharia... Almoçar, pois já nos distantes tempos de campanha o tenente da Intendência, em cima de um carro trespassado de metralha, afirmava que nem todos os dias se combate mas em todos se come pão!

Discutiu-se o futuro da ADFA, debateram-se as questões dos associados das zonas de Cascais, Oeiras e Sintra, democraticamente apaludiram-se

os elementos das duas listas concorrentes a renhidas eleições. Não foram esquecidos quantos se debatem com trágicas situações de desemprego, ausência de tratamentos e pensões de invalidez, incompreensão de médicos, ou, envergonhadamente, estendem a mão à caridade, como aquele alferes (dos melhores instruídos do seu COM) que, psiquicamente perdido, vagueia andrajoso pelo Rossio...

ainda se arranhou espaço para filosofar sobre a diferença entre altruísmo, qualidade de quantos, desinteressados, se batem pela causa dos deficientes, atributo dos muitos que, para obter prebendas, notoriedade, medalhas, propagandeiam obras que, dizem, vão fazendo em prol da Paz, crianças, deficientes, idosos. É qua a Paz, o bem-estar, são labor dos próprios pacifistas — quantos fazem a Paz, entenda-se — os outros não convencem. Hoje em dia, por amor à camisola, nem do Benfica!

No itinerário de regresso, moradores daquelas casas humildes, artilheiros da BAC, estavam, na beira da estrada, para saudar aquela «patrulha». Ficaram para trás, a dizer adeus. Até breve!

O deficiente na sociedade ou os atalhos para

A ADFA através da Delegação do Porto, fez entrega a seis deficientes civis de bolsas de Estudo que resultaram dos esforços conjugados do Fundo Mundial de Reabilitação, «Action pour les Handicapés» e Governo Civil do Porto.

Os bolséis são deficientes que frequentam cursos universitários e cada um deles fez a entrega de um trabalho subordinado ao tema «A INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE NA SOCIEDADE».

O texto que a seguir se transcreve é um trabalho de **ÁLVARO COSTA BARROS DIAS**, deficiente motor que frequenta actualmente o Curso de Germânicas na Universidade do Porto.

Em todo o Mundo, vivem 500 milhões de pessoas, atingidas por deficiências físicas, mentais ou sensoriais. Mais de 350 milhões não dispõem da assistência necessária para disfrutar plenamente a vida, em todos os continentes, com maior incidência nas zonas economicamente subdesenvolvidas, nas quais a pobreza se alia ao infortúnio, para nulificar a esperança e atentar contra os direitos de crianças, adultos e famílias inteiras.

De olvido ao ostracismo com o qual o «normal» brinca o «diferente», que caminhos têm sido percorridos?

Que alternativa para a segregação familiar, social e profissional que, em muitos casos se verifica?

No momento da abertura, comecemos com as definições.

Pela sua experiência no campo, a Organização Mundial da Saúde (O. M. S.) distingue:

«DEFICIÊNCIA: uma perda ou anormalidade permanente ou transitória — psicológica, fisiológica ou anatómica — de uma estrutura ou função. **INCAPACIDADE:** qualquer restrição ou impedimento de uma actividade, ocasionada por uma deficiência, dentro do âmbito considerado normal para o ser humano. **INVALIDEZ:** uma incapacidade que constitui desvantagem para uma pessoa, ao limitar ou impedir o cumprimento de uma função que lhe é normal, segundo a idade, o sexo, os factores sociais e culturais.»

Mudanças de atitudes

Com o decorrer das décadas, tem vindo a verificar-se

a nível global, um câmbio de atitudes, tanto no actuar público, como na esfera do individual.

Entretantes, existe uma longa estrada para trilhar na senda da (mais completa) integração e, algumas das rosas já ofertadas, são demasiado espinhosas para adornarem cadeiras de rodas e bengalas.

Se ainda no século passado, a deficiência, qualquer deficiência era vergonha passível de ser redimida na escuridão de uma existência enclausurada num cubículo lúgubre, hoje em dia assistimos à progressiva constatação da realidade inversa: o cidadão deficiente, independentemente do «handicap» de que é portador, vai chocando a Praça Pública, com os seus gestos, actos e palavras.

Mas, apesar deste oceano (por vezes encapelado) comportamental e das provas de coragem que inundam livros e películas lamechas, existe, em demasia, casos, a outra face da medalha. Como a apatia e a resignação, a par do obscurantismo, por exemplo.

Os sobas da ilusão

Terceiro Mundo.

Duas palavras que, «de per si», anunciam condições notórias e modos de vida díspares. Face à opulência das (reduzidas) castas, vê-se o minguar das moles famélicas por um pão, em África, na Ásia e na América Latina.

Sem cairmos nos penosos écrans dos dedos acusadores, deixemos a fita correr, numa panorâmica que, sendo geral, se aplica a variados casos pontuais...

Ora, quando a maioria dificilmente labuta pelos bens essenciais, como a habitação e a alimentação, pelo seu reconhecimento individual, em suma, quando a «struggle for life» assume contornos selváticos, qual é o lugar do deficiente?

As necessidades desta franja da população, em flagrante contraste com a (frágil) propaganda de alguns «media», são — parece-nos óbvio — esquecidas, quedando-se as intenções nos reinos burocráticos do papel. Senão vejamos.

Nos meios rurais, por intermédio do trabalho ou da comparticipação, as famílias usufruem da melhoria das vias de acesso viárias, casas mais confortáveis, água potável. Entretanto, para um agregado que se enquadra na norma, o aparecimento de um membro dependente (seja por factores congénitos ou adquiridos) cria a rejeição, na medida em que é todo o «corpus» que sente essa tremenda onda de choque. Doravante estará em perigo a manutenção de «status» (em casos extremos de pobreza, encontra-se irremediavelmente comprometida a ascensão — por pequena que fosse — na pirâmide societária): economicamente, este peso morto de nada servirá e, incluído, a sua vinda deu origem a gastos suplementares.

Por outro lado, nos bastidores e corredores da oficialidade, dá-se o cómico caos: pretendendo a cópia perfeita, os Demiurgos do acaso só têm criado fantochadas de fachada.

Em grande parte, é o velho Ocidente dos anos cinquenta e sessenta que serve de modelo. Então, assiste-se à edificação de complicados complexos... ditos para deficientes.

Nos meandros da inserção social entendida por damas da corte de Luís XIV vestidas à século XX, privilegia-se o grande. São o grande Centro na capital, o grande auxílio, a grande benemerência... e o grande presidente que contam. E, muitíssimo mais importante do que vacinar 100 mil crianças contra a poliomielite, é a inauguração de um qualquer «Memorial Hospital». Afinal, é ela (e não as hipotéticas seguranças da estatística) que dá retumbância às páginas primeiras dos jornais.

Marginalidade caritativa

Num esquema que proporciona a gestação do ser humano segregado do mundo e da vida, isto é, que tende para a sociedade despersonalizada das batatas brancas, em detrimento da comunidade (que deveria começar no lar), descarta-se a periferia e reforça-se a centralidade, dando todos os trunfos à marginalidade caritativa.

«Se a estação das secas ou as monções são um problema que precisa da mediação do feitiço, para quê intervir numa problemá-

tica que, em termos de mercado, poucos (ou nenhuns) lucros trará?»

«Se a guerrilha actua, lá no alto e destrói os bananais, por quê dar importância aos coitados... aos mendigos, nós que por acaso rezamos por eles na Capilla de San Domingo?»

É este cenário que vem à luz a realidade da reabilitação, nos países do Sul, cotos clamando pela esmola que é de direito receber. Já que dos técnicos (que nunca se chegam a ver), aos médicos que raramente fazem o «mea culpa» que é o trânsito às aldeias, e o pessoal ligado aos meios hospitalares poucas ocasiões sai do alto das suas profissionais torres de marfim, o que resta àqueles a quem foram dadas zero hipóteses de integração?

A sarjeta e, com ela, a exploração com centro de gravidade na própria família que, pondo o ignoto parente nas esquinas, faz com que amealhe alguns proventos que esquecem por completo ideias que se assemelhem (ainda que remotamente) a próteses, ortóteses ou cirurgias correctivas.

«Os deuses no-lo deram assim; assim há-de morrer», parece ser o mudo código com que as populações subnutridas querem levar a cabo «vendetta», contra as deformidades que, graças à insalubridade, falta de assistência adequada, desinformação e desleixo, proliferam de forma arrepiante, nos territórios que, aos seus, menos têm para ofertar.

A esperança que vem do Norte

A consciencialização da deficiência e a luta contra ela, quer no berço, quer na idade adulta, graças aos meios técnicos disponíveis e aos mecanismos legais adoptados pelos Parlamentos de variados países é um dado consumado, nestes anos 80, sobretudo nos Estados do Norte.

Se a falta de vontade política é uma evidência, também o querer romper com os muros da ancestral pedinçice revela-se, quiçá, a variável mais prometedora deste binómio.

A título de mero relance, podemos vislumbrar algumas destas luzes, que brilham um pouco em todo o lado. Tomemos, por exemplo, os casos da Grã-Bretanha, Espanha, U.R.S.S. e Estados Unidos.

No Reino Unido, em cada jardim-escola, os alunos mais pequenos habituam-se, em actividades que fazem parte da sua formação cívica, a relacionar-se com crianças e adultos deficientes, ao visitarem Centros de saúde, escolas especializadas e «ateliers» diversos. Desde cedo recebem crianças deficientes no seu local de estudo, dando e assistindo a recitais destinados (ou apresentados) por deficientes, ao tempo que confraternizam com diminuídos intelectuais.

Especial destaque têm os deficientes de guerra, a quem é dada a possibilidade de gerirem as suas Associações, a par de facilidades de acesso aos apoios de diversos organismos.

Pátria da Magna Carta, a Inglaterra tem um trato muito peculiar para com os seus deficientes. Escolas, ofici-

nas, apoio académico e sensibilização que vai do cidadão anónimo à Família Real, são os parâmetros que dão o toque na sadia convivência que não cria compartimentos estanques e permite o livre convívio e o trabalho, para todos.

Em Espanha, os impedidos, através do Serviço Social de Minusválido (S.S.M.) beneficiam do atendimento específico de que necessitam estando, porém, a oferta muito aquém da procura.

Contudo, o programa tipo do S.S.M. visa estabelecer um diagnóstico e valorização das limitações e possibilidades, ao que se segue o esboço do programa de reabilitação. Para atender a tais necessidades, o S.S.M. tem vindo a criar uma rede nacional de Centros base, dotados de equipas interdisciplinares. Dado que em muitos a assistência ambulatória não é suficiente, esta entidade tem desenvolvido uma rede de Centros especializados, nas modalidades mais solicitadas, a saber (e por ordem de importância), de recuperação de deficientes físicos, de assistência especializada a deficientes físicos gravemente afectados, de assistência especializada a deficientes psíquicos gravemente afectados e centros ocupacionais para deficientes psíquicos.

Os deficientes sabem de si

O apoio à ajuda mútua, ao voluntariado e assistência domiciliária tem por base a ideia mestra de que «nada melhor do que as pessoas deficientes para conhecerem os seus próprios problemas». Neste contexto, a acção dos cidadãos empenhados em prestar por si sós, auxílio aos deficientes (fora de organizações como a Cruz Vermelha ou a Caritas) não encontra terreno fértil. Uma excepção é a ajuda domiciliária, capaz de pôr cobro à crescente institucionalização, internamento, segregação e afastamento dos gravemente incapacitados.

Enfim, dado que «o trato igual aos desiguais redundará na desigualdade», o S.S.M. procura que todas as suas acções compensem o «handicap» de partida.

Em relação à União Soviética, a responsabilidade no que diz respeito às pessoas deficientes não se restringe meramente ao reconhecimento dos seus direitos, como iguais aos restantes cidadãos.

É segundo este ponto de vista que a atitude do Governo em face deste grupo populacional se pauta pelo tratamento dos problemas da reabilitação e integração de acordo com uma «praxis» que se adapta às realidades internas da nação.

A saúde e o bem-estar do povo são duas das mais importantes preocupações do Estado. Segundo a Constituição aprovada em 1977, todos têm direito ao tratamento médico, trabalho, educação e à manutenção destas regalias em caso de perda total ou parcial das suas capacidades laborais. A materialização destes «items» é assegurada por dispositivos legais que garantem às pessoas deficientes algumas vantagens e prioridades ligadas às áreas da medicina, do trabalho e prestação de serviços.

Devido a estas iniciativas,

são dadas oportunidades aos deficientes, de se tornarem membros activos na família e na comunidade, participando no desenvolvimento económico do país.

O sistema de reabilitação tal como tem vindo a ser desenvolvido aos níveis Federal, Regional e Local abarca diferentes autoridades governamentais, incluindo a Segurança Social, Saúde Pública, organismos de educação e entidades de voluntariado, tais como sindicatos, associações de cegos e de surdos-mudos.

Os Estados Unidos, por seu turno, baseiam a sua política de integração em conceitos personalistas do termo (e situação) «deficiente», partindo do princípio que este não é, necessariamente, inepto.

A «Acta dos Direitos Civis dos Deficientes»/Secção 504, baniu toda a discriminação contra os deficientes em esquemas Federais de subsídios, incluindo escolas liceus e universidades, concedendo facilidades de todo o tipo no campo de saúde e outras realizações sociais.

Instalações hospitalares exemplares, unidades de trabalho protegido, Centros de investigação e pesquisa de novas soluções, tal como o apoio estudantil em todos os graus de ensino, são indicadores suficientemente conhecidos.

Por outro lado, afigura-se-nos como precursor o interesse manifestado por grandes grupos empresariais privados na temática da reabilitação que, pondo de parte o comportamento filantrópico, patrocinam Centros de recuperação, no reconhecimento do valor potencial demonstrado pelos deficientes.

Ao proporcionar bolsas de estudo e meios de acesso aos títulos universitários, dada aos deficientes americanos a possibilidade de ascenderem à especialização em determinados sectores estando inclusivamente previstos por alguns «business men», postos de trabalho com responsabilidade de chefia, que serão ocupados por deficientes, constatada que é a sua especial aptidão para determinadas missões e tarefas.

O caso português

Numa estimativa de O.M.S., existe em Portugal um milhão de deficientes para uma população de 11 milhões de pessoas. Esta larga percentagem tem causas diversas, que vão de guerra colonial à inexistência de uma política de segurança no trabalho, passando por uma larga taxa de acidentes de viação, e à falta dum Serviço Nacional de Saúde capaz de evitar um sem-número de deficiências pré, péri e pós-natal. Num país amorfo para integrar social e profissionalmente o cidadão limitado, a três anos do Ano Internacional do Deficiente, há que equacionar as diferenças existentes entre as grandes cidades e o resto do território.

Nas três grandes urbes (Lisboa, Porto e Coimbra) os esforços ligados à reabilitação e integração têm sido uma realidade, embora por vezes com uma feição «underground». Para tanto contribui a desarticulação entre os vários organismos e entidades voltados para esta problemática, a par da

«UM POSTAL PARA LUANDA»

Aos poetas escritores e artistas plásticos

Pretende a Associação de Amizade Portugal-R. P. Angola editar um pequeno livro que seja uma mensagem de amizade e de solidariedade para o povo angolano, por ocasião do 10.º aniversário da sua independência (em 11/11/1985).

Assim essa associação apela à colaboração dos intelectuais portugueses — poetas, escritores e artistas plásticos — no sentido de participarem nesta iniciativa, denominada «Um Postal para Luanda», enviando trabalhos que de alguma forma sejam expressão dessa amizade e solidariedade.

Quaisquer poemas, textos ou gravuras devem ser enviados para a nossa sede — Rua das Portas de Santo Antão,

117-2.º, 1100 Lisboa — até ao próximo dia 30 de Setembro, indicando o nome (ou pseudónimo) e morada do autor e mencionando se se trata ou não de um trabalho inédito. De preferência os trabalhos não devem vir a ocupar mais do que duas páginas do livro.

Nos trabalhos gráficos a APA não pode responsabilizar-se, de momento pela impressão a mais do que uma cor.

No caso de se verificar um excesso de participantes (o que pode acarretar encargos financeiros incomportáveis para a associação), e só nesse caso, os eventuais trabalhos não inseridos no livro serão posteriormente publicados no Boletim Informativo da APA.

hos para a «normalidade»

são dadas oportunidades, aos deficientes, de se tornarem membros activos na família e na comunidade, participando no desenvolvimento económico do país.

O sistema de reabilitação, tal como tem vindo a ser desenvolvido aos níveis Federal, Regional e Local, abarca diferentes autoridades governamentais, incluindo a Segurança Social, Saúde Pública, organismos de educação e entidades de voluntariado, tais como sindicatos, associações de cegos e de surdos-mudos.

Os Estados Unidos, por seu turno, baseiam a sua política de integração em conceitos personalistas do termo (e situação) «deficiente», partindo do princípio que este não é, necessariamente, inepto.

A «Acta dos Direitos Civis dos Deficientes»/Secção 504, banii toda a discriminação contra os deficientes, em esquemas Federais de subsídios, incluindo escolas, liceus e universidade, concedendo facilidades de todo o tipo no campo de saúde e outras realizações sociais.

Instalações hospitalares exemplares, unidades de trabalho protegido, Centros de investigação e pesquisa de novas soluções, tal como o apoio estudantil em todos os graus de ensino, são indicadores suficientemente conhecidos.

Por outro lado, afigura-se-nos como precursor o interesse manifestado por grandes grupos empresariais privados na temática da reabilitação que, pondo de parte o comportamento filantropico, patrocinam Centros de recuperação, no reconhecimento do valor potencial já demonstrado pelos deficientes.

Ao proporcionar bolsas de estudo e meios de acesso aos títulos universitários, é dada aos deficientes americanos a possibilidade de ascenderem à especialização em determinados sectores, estando inclusivamente previstos por alguns «business men», postos de trabalho com responsabilidade de chefia, que serão ocupados por deficientes, constatada que é a sua especial aptidão para determinadas missões e tarefas.

O caso português

Numa estimativa da O.M.S., existe em Portugal um milhão de deficientes, para uma população de 10 milhões de pessoas. Esta larga percentagem tem causas diversas, que vão da guerra colonial à inexistência de uma política de segurança no trabalho, passando por uma larga taxa de acidentes de viação, e à falta dum Serviço Nacional de Saúde capaz de evitar um sem-número de deficiências pré, peri e pós-natal. Num país amorfo para integrar social e profissionalmente o cidadão limitado, a três anos do Ano Internacional do Deficiente, há que equacionar as diferenças existentes entre as grandes cidades e o resto do território.

Nas três grandes urbes (Lisboa, Porto e Coimbra), os esforços ligados à reabilitação e integração têm sido uma realidade, embora por vezes com uma feição «underground». Para tanto, contribui a desarticulação entre os vários organismos e entidades voltados para esta problemática, a par da

ausência de verbas para empreendimentos de grande vulto, acompanhada da apática indiferença por parte daqueles que têm possibilidades de divulgar iniciativas já realizadas. Mas, sintomaticamente, começa a haver um início de aceitação do deficiente nas cidades, que se traduz em manifestações que passaram do plano da normalidade, para o socialmente aceite. Assim, existe, se bem que com pouca frequência, sinalização sonora nas passadeiras, transportes urbanos para deficientes (motociclos, rampas de acesso em determinadas estações de caminho de ferro e Aeroporto de Lisboa e, por último, a iniciativa voluntária de certos organismos particulares, na criação de condições de acessibilidade, quer a lojas de comércio, quer a edifícios de prestação de serviços e ocupação de tempos livres.

No mercado de trabalho, as opções são extremamente limitadas: os poucos Centros que oferecem trabalho protegido estão lotados e não permitem um grande leque de especializações. Por outro lado, há a excepção de vários organismos públicos, onde existe uma quota de emprego para deficientes, embora permaneça bastante arraigada a noção de rejeição do trabalhador impedido.

Perante este quadro, há uma larga percentagem de indivíduos que carecem de habilitações suficientes e que, pelo facto de não conseguirem emprego, acabam por entrar num ciclo vicioso que se reflecte no aumento da mendicidade.

Para além da necessária mudança de mentalidade, é prioritária a criação de estruturas de apoio ao deficiente, nos campos laboral e do ensino, havendo a considerar, de igual modo, o problema de não existência de lares para grandes deficientes que garantam uma vida normal fora das famílias, ou na ausência destas.

Disparidades

Tendo referido, atrás, a disparidade entre as grandes e pequenas localidades, convém salientar que ela se sente sobremaneira nas vilas e aldeias do interior. Nas áreas rurais, as condições de vida do deficiente são perfeitamente arcaicas. O deficiente mental, visto como um anormal, incapaz de responder às solicitações do quotidiano, é criado, na maioria dos casos, como se nunca passasse dum estágio infantil, ou então, é simplesmente «guardado», como se dum animal se tratasse.

Na ausência do planeamento familiar, a taxa de mortalidade à nascença, ou nos primeiros anos, é assustadoramente alta e os cuidados maternos fundam-se na superstição, sendo a educação alimentar nula, havendo a crença de que o milho é alimento. Entretanto, o deficiente não encontra formas de valorização, vendo-se obrigado a aceitar o escárnio e a negação da sua entidade como ser humano, com aspirações e sonhos. Tudo isto, aliado à falta de Centros de reabilitação, ao analfabetismo e relações sociais degradadas, cria-se numa realidade incapaz de construtivamente (e pela positiva), acompa-

nhar o desenvolvimento urbano e impedir a realização de cada um.

Em face destes dados, há que perguntar pela capacidade de mobilização e acção do deficiente em Portugal. Aquilata-se que, para além dum actuar meritório no campo da procura de soluções, alguns organismos governamentais não têm autonomia financeira para os implementar. Simultaneamente, as Associações de e para deficientes, com enorme dificuldades de diálogo entre si, são encaradas segundo dois pontos de vista: umas, que não tendo sabido manter a sua independência em relação a orientações partidárias, acabaram por criar o cansaço e o descrédito; outras, que, conseguindo elaborar um trabalho voltado para campos específicos da reabilitação ou de deficiências, ultrapassaram obstáculos, possibilitando a integração de bastantes deficientes nas comunidades em que estão inseridos.

Em terceiro lugar, encontram-se as instituições particulares e movimentos religiosos, que exercendo a sua actuação em situações pontuais, estão mais voltadas para um labor espiritual, e em completa des-sintonia das acções de outros organismos.

Burocracia

Verifica-se, para lá da desarticulação entre as diversas instituições ligadas à temática da deficiência de uma situação latente de antagonismo entre estes órgãos, valorizando-se em demasia a representatividade de cada um. Na presença de tais dados, nota-se uma tendência para as reuniões e discussões de gabinete, em detrimento dum plano geral de integração, salvo honrosas excepções. Por outro lado, a par da centralização e exiguidade dos Centros de reabilitação, vê-se a forma desumana — e muitas vezes mecanizada — que tantos técnicos continuam a evidenciar, quando em contacto com o deficiente.

Por último, são de referir dois aspectos que se reputam de importância. Em primeiro lugar, a falta de informação e de divulgação pelos «media», quer da problemática de que se reveste a integração, quer dos diversos eventos que vão ocorrendo, preferindo a abordagem sensacionalista de casos esporádicos, transmitindo simultaneamente conceitos de caridade passadicos, como o anúncio de peditórios e a descrição de alegadas proezas levadas a cabo por deficientes.

Finalmente, não poderia deixar de se referir o esforço de algumas pessoas na procura de resultados de índole prático, sendo ilustrativo o aparecimento de várias invenções interessantes que, uma vez mais, não têm a divulgação e o apoio necessários.

Prevenção, a melhor reabilitação

Na «Declaração de Leeds Castle sobre a Prevenção de Incapacidades», de 12 de Novembro de 1981, um grupo internacional de homens da ciência, médicos, administradores de saúde e políticos chama a atenção, entre outras coisas, para as

a «normalidade»

ausência de verbas para empreendimentos de grande vulto, acompanhada da apática indiferença por parte daqueles que têm possibilidades de divulgar iniciativas já realizadas. Mas, sintomaticamente, começa a haver um início de aceitação do deficiente nas cidades, que se traduz em manifestações que passaram do plano da anormalidade, para o socialmente aceite. Assim, existe, se bem que com pouca frequência, sinalização sonora nas passadeiras, transportes urbanos para deficientes motores, rampas de acesso em determinadas estações de caminho de ferro e Aeroporto de Lisboa e, por último, a iniciativa voluntária de certos organismos particulares, na criação de condições de acessibilidade, quer a lojas de comércio, quer a edifícios de prestação de serviços e ocupação de tempos livres.

No mercado de trabalho, as opções são extremamente limitadas: os poucos Centros que oferecem trabalho protegido estão lotados e não permitem um grande leque de especializações. Por outro lado, há a excepção de vários organismos públicos, onde existe uma quota de emprego para deficientes, embora permaneça bastante arraigada a noção de rejeição do trabalhador impedido.

Perante este quadro, há uma larga percentagem de indivíduos que carecem de habilitações suficientes e que, pelo facto de não conseguirem emprego, acabam por entrar num ciclo vicioso que se reflecte no aumento da mendicidade.

Para além da necessária mudança de mentalidade, é prioritária a criação de estruturas de apoio ao deficiente, nos campos laboral e do ensino, havendo a considerar, de igual modo, o problema de não existência de áreas para grandes deficientes, que garantam uma vida normal fora das famílias, ou a ausência destas.

Disparidades

Tendo referido, atrás, a disparidade entre as grandes e pequenas localidades, convém salientar que ela se sente sobremaneira nas vilas e aldeias do interior. Nas áreas rurais, as condições de vida do deficiente são perfeitamente arcaicas. O deficiente mental, visto como um anormal, incapaz de responder às solicitações do quotidiano, é criado, na maioria dos casos, como se nunca passasse dum estágio infantil, ou então, é simplesmente «guardado», como se dum animal se tratasse.

Na ausência do planeamento familiar, a taxa de mortalidade à nascença, ou nos primeiros anos, é assustadoramente alta e os cuidados maternos fundamentados na superstição, sendo a educação alimentar nula, havendo a crença de que o filho é alimento. Entretanto, o deficiente não encontra normas de valorização, vindo-se obrigado a aceitar o escárnio e a negação da sua entidade como ser humano, com aspirações e sonhos. Tudo isto, aliado à falta de Centros de reabilitação, ao analfabetismo e relações sociais degradadas, torna-se numa realidade incapaz de construtivamente (e pela positiva), acompa-

ñar o desenvolvimento urbano e impedir a realização de cada um.

Em face destes dados, há que perguntar pela capacidade de mobilização e acção do deficiente em Portugal. Aquilata-se que, para além dum actuar meritório no campo da procura de soluções, alguns organismos governamentais não têm autonomia financeira para os implementar. Simultaneamente, as Associações de e para deficientes, com enorme dificuldades de diálogo entre si, são encaradas segundo dois pontos de vista: umas, que não tendo sabido manter a sua independência em relação a orientações partidárias, acabaram por criar o cansaço e o descrédito; outras, que, conseguindo elaborar um trabalho voltado para campos específicos da reabilitação ou de deficiências, ultrapassaram obstáculos, possibilitando a integração de bastantes deficientes nas comunidades em que estão inseridos.

Em terceiro lugar, encontram-se as instituições particulares e movimentos religiosos, que exercendo a sua actuação em situações pontuais, estão mais voltadas para um labor espiritual, e em completa desintonia das acções de outros organismos.

Burocracia

Verifica-se, para lá da desarticulação entre as diversas instituições ligadas à temática da deficiência de uma situação latente de antagonismo entre estes órgãos, valorizando-se em demasia a representatividade de cada um. Na presença de tais dados, nota-se uma tendência para as reuniões e discussões de gabinete, em detrimento dum plano geral de integração, salvo honrosas excepções. Por outro lado, a par da centralização e exiguidade dos Centros de reabilitação, vê-se a forma desumana — e muitas vezes mecanizada — que tantos técnicos continuam a evidenciar, quando em contacto com o deficiente.

Por último, são de referir dois aspectos que se reputam de importância. Em primeiro lugar, a falta de informação e de divulgação pelos «media», quer da problemática de que se reveste a integração, quer dos diversos eventos que vão ocorrendo, preferindo a abordagem sensacionalista de casos esporádicos, transmitindo simultaneamente conceitos de caridade passadinhos, como o anúncio de pedidos e a descrição de alegadas proezas levadas a cabo por deficientes.

Finalmente, não poderia deixar de se referir o esforço de algumas pessoas na procura de resultados de índole prático, sendo ilustrativo o aparecimento de várias invenções interessantes que, uma vez mais, não têm a divulgação e o apoio necessários.

Prevenção, a melhor reabilitação

Na «Declaração de Leeds Castle sobre a Prevenção de Incapacidades», de 12 de Novembro de 1981, um grupo internacional de homens da ciência, médicos, administradores de saúde e políticos chama a atenção, entre outras coisas, para as

seguintes medidas, a fim de evitar incapacidades:

«3. As deficiências que têm origem na má nutrição, as infecções e a desatenção podem prevenir-se com melhorias pouco custosas nos cuidados sanitários básicos...»

4. ...muitas incapacidades que surgem em anos posteriores de vida podem atenuar-se ou evitar-se. Existem prometedoras linhas de investigação a propósito de condições hereditárias e degenerativas...»

5. ...a incapacidade não tem, necessariamente, que originar invalidez. A omissão de medicamentos de fácil aplicação aumenta, frequentes vezes, a incapacidade...»

6. A incapacidade susceptível de ser evitada é uma causa primordial do esbanjamento económico e carências humanas em todos os países, tanto desenvolvidos, como em vias de desenvolvimento...»

Atendendo a que o desenvolvimento da criança se inicia com a concepção, e nele actua factores diversos, que têm a ver com os pais, a gravidez, o parto e o próprio meio ambiente, há que considerar que pode ser desfavorável tanto uma, como diversas das variáveis supra-citadas.

Se, nalguns casos, evitar a deficiência não é possível, tem-se constatado em certos países que, com a melhoria das condições de assistência durante o período de gestação e no parto, a sua prevenção é um dado adquirido. Urge, para tanto, o correcto esclarecimento de cada caso. Não olvidemos que, na maioria das vezes, uma paternidade responsável é indício de uma criança saudável.

Com medidas simples que implicam a cooperação de médicos, enfermeiras e outros técnicos dos serviços de saúde, organismos oficiais e dos futuros pais, torna-se viável reduzir gastos e poupar esforços que hoje são dispendidos em numerosos Centros de reabilitação que albergam a tragédia criada pelos progenitores do acaso... ou do álcool.

Sendo altíssimo, sob diversos prismas, o preço que a sociedade paga por uma criança deficiente, e o investimento que a família — nem sempre disposta a assumir — terá que levar a cabo desde o início, é de crer que a planificação e a adequada dosagem de atenções o melhor dos remédios para a margem de riscos desnecessários que, uma vida de preocupações e de potencialidades não concretizadas, não chega a ser prémio.

Mentalidades, uma outra face da questão

Tendo feito, embora em traços muito gerais, a caracterização da situação do deficiente, numa panorâmica que abarcou os âmbitos internacional e português, resta-nos o último — e o mais subjectivo — dos campos, ou seja, o das mentalidades.

Efectivamente, é aqui que se jogam as cartas que a legislação não contempla e a reabilitação não tem competência para baralhar. Uma vez ultrapassados os internamentos hospitalares, eis o deficiente jogado no mundo.

Nele, quase sempre é posto perante a evidência da «deficiência» e a constatação de uma série de barreiras, que vai das componentes arquitecturais aos embotoados da sociedade apostada em, à viva força, propagar slogans de «igualdade».

Numa altura em que tanto se fala de direitos, muitos parecem esquecer os deveres. Para que a participação seja plena, o deficiente jamais poderá ater-se às tuteladas estatais ou de organismos de assistência privados. Assim, cremos que ao ser largado no mercado laboral, essencialmente competitivo, não deve o impedido esperar, ainda que sob os mantos do subconsciente, que todos lhe resolvam tudo e que, em suma, os outros, da compensação passem para a (super) protecção.

De acordo com esta perspectiva, é de apostar nesse (quantas vezes tão difícil) assumir da diferença, em contraponto com a amálgama gregária que mais não gera do que a indiferença, debaixo dos tais (maus) capelos que agitam os estandartes do ostracismo... e, porque não, do simplismo da caridade.

Mas, entenda-se, se o deficiente tem — se quiser deixar de lado os carinhos de «coitadinho» — a obrigação de participar no esforço comum para a edificação dum amanhã diferente, também o colectivo não pode ficar pelos braços cruzados... ou pelo mero enunciado de boas intenções.

Com efeito, em caso de estadias prolongadas em

Hospitais ou Centros de recuperação é essencial, num primeiro plano, a atitude da família que deverá ser a de cooperação, e nunca, a de incompreensão pelos actos do filho que, tendo estado longe meses a fio, «se tornou esquisito», desde o regresso a casa. A educação, quer do incapacitado, quer daqueles que o rodeiam, terá que fazer parte dos programas de integração, numa prática feita de harmonia e carinho, que tornará menos penosa a vida, esse longo esforço, feito de paciência e de vontade.

Sensibilizar e informar

Numa segunda fase, é o anónimo cidadão que muito poderá contribuir para que o deficiente saiba viver com o seu «handicap» e não, a tentar encobri-lo, a cada minuto, em cada encontro que tenha com os «normais».

Neste passo, é fundamental, numa postura nacional, a adopção de jornadas de sensibilização que conduzam à aceitação. Cartazes, dísticos e propaganda falaciosa não bastam.

Se alguns acreditam na superioridade da Raça e teimam na planificação da Urbe Perfeita, a maioria (começando nas crianças) manifesta receptividade... e pouco conhecimento deste vasto conjunto de problemas.

«Como conduzir um cego?»

«E isso de comunicar com um surdo-mudo, como é?»

Uma vez mais, observa-se a mais completa das ignorâncias, que se espanta

-de que maneira!) e recusa o direito ao amor, pela parte do deficiente. Ainda se crê que os «desgraçadinhos» devem vegetar, calados e quados, no escuro das tocas, até que a morte os venha colher...

Independente do aspecto impositivo que os códigos, manuais e outros decretos porventura inflijam, neste campo, será sempre o querer salutar de todos nós que está em jogo.

Deficiente não significa enfermo crónico. Duas bengalas não são sinónimo de atrasos malditos nas capacidades cognitivas e afectivas, como tampouco uma cadeira de rodas é cartão de visita para a petrificação do diálogo.

É isso que deve começar a ser propalado nas «ágoras», sobretudo, naquelas onde impera o encolher de ombros e o olhar de soslaio.

A integração só o será efectivamente, se cada um, na micro-sociedade onde gravita, fizer o mínimo esforço para aceitar o deficiente; membro de corpo inteiro e de direito integral.

Para tanto, é necessário o esclarecimento dos diversos tipos de deficiência e suas incidências na vida dos atingidos, a par dos meios de compensação para a concretização plena da vida.

Nos alvares da Nova Vaga tecnológica, é de crer que os deficientes sejam contemplados, numa revolução que incidirá primordialmente, na modificação de pre-conceitos, que conduzirá à inevitável alteração de comportamentos.

Sinceramente, assim o desejamos.

Gulbenkian financia compra de 12 novos aparelhos de leitura táctil

Bibliotecas mais acessíveis aos cegos portugueses

O número de aparelhos «Optacon» destinados a possibilitar a leitura de escrita a negro, por cegos, através de um processo de transcrição dos caracteres impressos em estímulos tácteis vai aumentar em Portugal, para mais do dobro, mercê de um financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian.

A aquisição de doze novas unidades, a somar às onze até agora existentes no nosso país, resulta de um plano apresentado pela Associação Portuguesa de Criatividade, que encontrou por parte da Fundação Gulbenkian a melhor receptividade, esperando-se para breve o embarque dos aparelhos para Portugal.

Os doze novos «Optacon» serão entregues: à Biblioteca Nacional (dois); à Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa (dois); à Biblioteca Municipal do Porto, à Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto, ao Centro Hellen Keller, à Fundação Martin Sain, ao Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos e à Associação Luís

Braile. Os dois restantes ficarão integrados na escola do CIDEF (única no País) e irão permitir pela primeira vez em Portugal o ensino de crianças cegas por meio de novas técnicas visuo-tácteis.

Em Portugal passarão

assim dentro em breve a existir 23 desses aparelhos, o que constitui um significativo avanço, embora ainda modesto se comparado com o número de leitores «Optacon» existentes em alguns outros países, de que forneceremos alguns exemplos a título de curiosidade: Itália, 765; Escócia e País de Gales, 570; RFA, 503; Japão, 437; Suécia, 356; Holanda, 200; França, 191; Espanha, 167; Austrália, 132; Áustria, 122; Suíça, 90.



Centro de Lisboa: um mar de barreiras

O empedrado do pátio exterior da sede central da ADFA vai finalmente ser reparado durante o mês de Agosto, segundo foi prometido pela Câmara Municipal de Lisboa. Mas outros obstáculos à circulação de deficientes, especialmente cegos em cadeira de rodas persistem bem próximo, no centro da cidade de Lisboa, aqui apontado apenas como exemplo do que se passa um pouco por todo o País.

Assim, a passagem subterrânea do Rossio é uma verdadeira armadilha: piso degradado, com autênticas crateras na superfície betuminosa, poças de água, quase charcos, onde só falta que nasçam nenúfares.

As passagens para peões constituem outro perigo, pois, apesar de serem de construção recente, não foram providas de sinal acústico

para que os cegos saibam quando podem atravessar.

Toda esta incúria municipal somada ao proverbial desinteresse de automobilista pelo peão origina situações de grande perigo, não só para deficientes como para a população em geral.

Haverá ainda que referir os veículos mal estacionados, em grande número nesta zona da cidade. Alguns deles já se tornaram autênticas estufas de vegetação espontânea, obstáculos temíveis para cegos e cadeiras de rodas.

Elogiámos em devido tempo a atenção dos serviços competentes da Câmara Municipal quando procederam ao rebaixamento dos passeios da Baixa para facilitar a circulação da cadeiras de rodas. Nada nos obriga portanto a moderar o vigor da denúncia que a actual situação merece: as passagens inferiores para peões não devem assemelhar-se aos divertimentos de Luna Parque e às grutas dos horrores. Compete ao município mantê-los em boas condições de utilização. O



que decididamente não sucede.

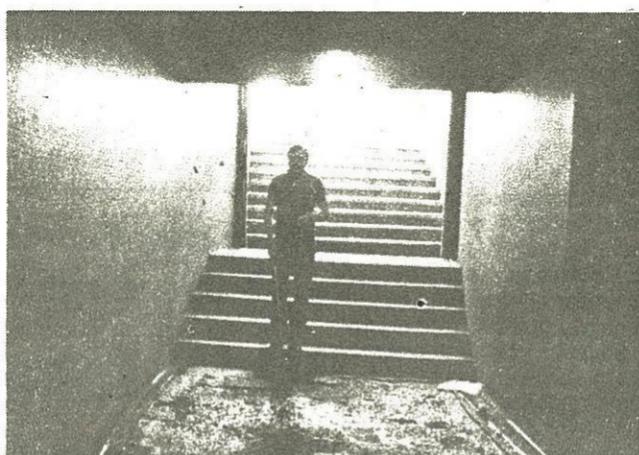
Quanto ao empedrado, apraz-nos registar que o problema vai ser resolvi-

do. Mas convenhamos que já não é cedo para o fazer.

Finalmente, os semáforos: tratando-se de uma

obra de raiz nada justifica que se não tenha previsto a instalação de sinais acústicos. Semelhante negligência assume foros

de homicídio deliberado num ponto da cidade onde o trânsito tem tanto de intenso quanto de caótico.



No X aniversário da assinatura da Acta de Helsínquia

FMAC toma posição pela paz

Por ocasião do X Aniversário da assinatura da Acta Final de Helsínquia, a Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra elaborou um projecto de mensagem a apresentar à Comissão de Coordenação sobre Desarmamento na reunião alargada a realizar em Heikko, na Finlândia, em 29 e 30 de Julho de 1985, em que critica o frequente esquecimento a que os governos votam compromissos outrora assumidos pelos respectivos países e realça a autoridade dos antigos combatentes para exigir a paz. Eis o texto:

A Assinatura, em 1 de Agosto de 1975, em Helsínquia, da Acta Final da primeira reunião da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) trazia consigo uma grande esperança.

O compromisso de não recurso à ameaça ou ao emprego da força, o reconhecimento da inviolabilidade das fronteiras e

da integridade territorial dos estados, asseguravam a estabilidade na Europa e prometiam o desenvolvimento de relações pacíficas.

O compromisso de desenvolver entre os países signatários a cooperação no domínio do comércio, da indústria, da ciência e da técnica, no ambiente e noutros domínios, abria caminho a relações de

solidariedade e de progresso económico e social para todos.

O compromisso de respeitar os direitos do Homem, melhorar as liberdades fundamentais, favorecer o intercâmbio humanitário e cultural representava para os povos, tal como para os indivíduos, a promessa de uma vida nova sem opressão e deixava entrever entre as nações da Europa o fim da desconfiança e o desenvolvimento e relações amigáveis e livres.

Assim a Europa reencontrava as suas dimensões históricas.

Trinta e cinco chefes de Estado e de governo da Europa e da América do Norte apuseram então solenemente a sua assinatura.

Em 9 de Setembro de 1983, em Madrid, os 35 estados renovaram os seus compromissos. Lembraram que todas as disposições da Acta Final são de igual importância e que todos os meios, tanto jurídicos como práticos, devem ser empregues para a respeitar e para pôr em prática um progresso contínuo no sentido do desanuviamento e da segurança.

Agosto de 1985: a paz na Europa foi salvaguardada. Mas os resultados da CSCE estão ainda muito aquém das esperanças: a cooperação continua a ser insuficiente, os direitos do homem são com frequência ignorados ou desprezados, a desconfiança aumentou, e com ela, o ciclo infernal dos armamentos que leva ao desbaratamento dos recursos humanos e

materiais em detrimento das obras de paz e de desenvolvimento.

As reuniões realizadas no quadro do processo previsto pela CSCE em Helsínquia e em Madrid decorrem, na maior parte dos casos, longe da opinião pública e até ao momento deram resultados nitidamente insuficientes.

Os antigos combatentes, ontem aliados ou inimigos, hoje reconciliados e a quem os sacrifícios dão autoridade moral para de dirigirem aos responsáveis políticos, não podem ficar silenciosos. A Acta Final de Helsínquia tem de ser aplicada por todos, global e rigorosamente em todas as suas disposições.

Considerando que a paz, a segurança e o desenvolvimento na Europa passam necessariamente pelo entendimento e

pela cooperação, os antigos combatentes que por diversas vezes e, nomeadamente, pela última vez, em Belgrado em 1948, agiram nesse sentido, voltam a exortar os governos responsáveis a respeitar a sua assinatura.

Fraternalmente unidos, qualquer que seja a nação a que pertencem, os antigos combatentes comprometem-se a prosseguir os seus esforços para a difusão e a aplicação por todos os estados dos compromissos subscritos em Helsínquia, para romper os bloqueios da suspeição e das ideias feitas, para favorecer as medidas concretas de confiança e de segurança. Entendem os ex-combatentes contribuir assim para construir, pelo desanuviamento e pela cooperação, a Europa da paz e da liberdade.